

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 115/2024, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituído arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sónia Isabel Lopes Casas Novas, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

#### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Deliberação n.º 284/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Hasta pública para alienação de 7 lotes de terreno, sitos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião**
  - 2. Deliberação n.º 285/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com área de 18,20m<sup>2</sup>, sita em Rua B do Bairro João Ferreira, em Setúbal**
  - 3. Deliberação n.º 286/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Prorrogação de prazo para construção no lote n.º 208, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal**
  - 4. Deliberação n.º 287/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 427,67 m<sup>2</sup>, sita na Praceta Fernando Alcobia, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**
  - 5. Deliberação n.º 288/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal**
  - 6. Deliberação n.º 289/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município**

- de Setúbal para o ano de 2024, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da lei geral do trabalho em funções públicas (LTFP), aprovada em anexo à lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro
7. **Deliberação n.º 290/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 20/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes e Floreiras da Av. Luísa Todí, Parque Urbano de Albarquel e Jardim Eng. Luis Fonseca**
  8. **Deliberação n.º 291/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos agrupamentos de escolas para a participação na 12.ª edição do Festival de Música de Setúbal**
  9. **Deliberação n.º 292/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DOM – AD 16/2023/DOM – Empreitada “Centro Escolar Barbosa du Bogage” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
  10. **Deliberação n.º 293/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DOM – AD 17/2023/DOM – Empreitada “Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
  11. **Deliberação n.º 294/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado – Organização de eventos, “Marcha dos 3 Castelos” e “Setúbal Spinning 3h”**
  12. **Deliberação n.º 295/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DCDJ/DIDES – Clube Patinagem do Sado – Apoio financeiro para participação no Campeonato da Europa de Show e Precisão**
  13. **Deliberação n.º 296/2024 – Proposta n.º 69/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 46º Festival Nacional e 3.º Internacional de Folclore de Setúbal, Rancho Folclórico Praias do Sado**
  14. **Deliberação n.º 297/2024 – Proposta n.º 70/2024 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro**
  15. **Deliberação n.º 298/2024 – Proposta n.º 71/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Coral Alentejano “Os Amigos do Independente” pela participação no XVII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal**
  16. **Deliberação n.º 299/2024 – Proposta n.º 72/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre CMS e Associação Cinematográfica 50 CUTS**
  17. **Deliberação n.º 300/2024 – Proposta n.º 73/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal**
  18. **Deliberação n.º 301/2024 – Proposta n.º 74/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)**
  19. **Deliberação n.º 302/2024 – Proposta n.º 75/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todí**
  20. **Deliberação n.º 303/2024 – Proposta n.º 76/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo**
  21. **Deliberação n.º 304/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Minuto Apressado Associação Cultural - 2024**
  22. **Deliberação n.º 305/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense**

23. *Deliberação n.º 306/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadiños”*
  24. *Deliberação n.º 307/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de duas obras de arte (pintura) ao Município – Museus Municipais*
  25. *Deliberação n.º 308/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de obras de arte ao Município – Museus Municipais*
  26. *Deliberação n.º 309/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de 125 peças de bens patrimoniais ao Município – Museus Municipais*
  27. *Deliberação n.º 310/2024 – Proposta n.º 93/2024 – DURB – Alteração à Comissão de Vistorias*
  28. *Deliberação n.º 311/2024 – Proposta n.º 94/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de construção de um Pólo Operacional - Processo n.º 98/23*
  29. *Deliberação n.º 312/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por “pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes”- Processo n.º 138/24*
  30. *Deliberação n.º 313/2024 – Proposta n.º 96/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração e ampliação - Processo n.º 89/23*
  31. *Deliberação n.º 314/2024 – Proposta n.º 97/2024 – DURB/GAPRU – Legalização de alterações introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 119/18*
  32. *Deliberação n.º 315/2024 – Proposta n.º 98/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 309/21*
  33. *Deliberação n.º 316/2024 – Proposta n.º 99/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 23/23*
  34. *Deliberação n.º 317/2024 – Proposta n.º 100/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística - Processo n.º 46/24*
  35. *Deliberação n.º 318/2024 – Proposta n.º 101/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de contrato de concessão a celebrar com a DGRM para efeitos de atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional*
  36. *Deliberação n.º 319/2024 – Proposta n.º 102/2024 – DURB/GAPGPA – Atribuição de Título de Recursos Hídricos para gestão e exploração do parque de estacionamento da Praia da Figueirinha*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;



- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Presidente** – Informou que, naquele dia, tinha início o projeto Festival de Música de Setúbal. Aquela reunião não estava prevista, para aquele dia, ia participar na abertura do Festival, por esse motivo iria ter que sair por volta das 20 horas e 30 minutos, se fosse necessário a senhora Vice-Presidente continuaria a reunião.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que os eleitos do Partido Socialista foram contactados por um munícipe, residente em Azeitão, na Rua de Diogo Botelho, que se queixou de uma intervenção, de uma construção, que era feita num terreno contíguo ao da sua casa, e sobre a qual já tinha solicitado, por diversas vezes, a intervenção dos serviços de fiscalização sem que, até ao momento, tivesse obtido alguma resposta favorável.

De acordo com o munícipe estavam em causa eventuais danos estruturais na sua casa que decorreram da forma como a construção vizinha era feita e, portanto, mais do que questionar quando é que a fiscalização iria atuar, no sentido de perceber se o munícipe tinha razão ou não, ou se a obra decorria de acordo com a legalidade, questionar o porquê de depois de vários contactos, de acordo com aquilo que o munícipe lhes transmitiu, esses contactos ainda não terem resultado, pelo menos à data do e-mail que receberam, numa fiscalização, ou numa intervenção, ou numa resposta, nem que fosse dando conta da legalidade da obra, se fosse isso que estava efetivamente em causa.

Relativamente à sessão solene do 25 de Abril, da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, uma data histórica e de grande simbolismo, na qual o senhor Presidente, mais uma vez, não tendo o necessário contraditório, decidiu dedicar uma parte significativa do seu discurso, da sua intervenção, dando protagonismo aos autarcas do Partido Socialista.

Disse que se compreendia porque era o reconhecimento do desejo de mudança, que se sentia nas ruas, quando se falava com os setubalenses e com os azeitonenses, no entanto, o senhor Presidente acabou com essa intervenção por verbalizar aquilo que era o seu maior receio, que as propostas e a dinâmica criadas pelo Partido Socialista, pelos seus autarcas, nas diversas autarquias, nas juntas de freguesia, na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, levassem que o Partido Socialista sucedesse, após 24 anos, à CDU à frente dos destinos da autarquia.

Aquilo que era o seu receio, era o anseio dos setubalenses e dos azeitonenses.

Agradecendo aquilo que foi o destaque que o senhor Presidente deu aos autarcas do Partido Socialista, não puderam deixar de registar, com alguma perplexidade, aquilo que eram as suas afirmações particularmente no que se referia ao estacionamento tarifado, citando: “o contrato a 40 anos, contém regras, obrigações e objetivos com os quais pessoalmente, o senhor Presidente não concordará”, com essa posição, o senhor Presidente pretendia,



eventualmente, demarcar-se dos seus colegas de executivo, dos deputados municipais da CDU, na tentativa de mostrar alguma discordância, sobre quem desenhou e aprovou aquela concessão.

No entanto, à imagem dos seus camaradas de bancada, o senhor Presidente defendeu publicamente, quer o regulamento, quer todo o procedimento que levou à concessão por 40 anos, defendeu publicamente, votou favoravelmente o contrato de concessão, tal como ele existia.

Portanto, quer enquanto Vereador do Urbanismo, em mandatos anteriores, com responsabilidades na matéria, e depois como Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente não se demarcou nunca, de forma absolutamente nenhuma, daquilo que era o processo que conduziu a uma concessão por 40 anos, e com um aumento em mais de 500% nos lugares tarifados à superfície.

Pelo contrário, o senhor Presidente abraçou esse projeto, e não o abraçou sozinho, tinha-o abraçado com a sua antecessora Maria das Dores Meira, com todos os vereadores à data, com os deputados municipais à data, com todos os presidentes de junta de freguesia, porque todos votaram favoravelmente e nunca nenhum manifestou nenhum tipo de discordância relativamente àquele processo.

Em sentido contrário, toda a oposição, sem exceção, criticou desde o início, quer o projeto de regulamento, que ali tinha sido apresentado, quer todo o processo que levou à conclusão do contrato de concessão por 40 anos. Nunca a oposição verbalizou qualquer tipo de apoio àquilo que os senhores haviam entendido fazer, no que respeitava àquela matéria.

Por isso, considerando aquilo que eram, naquele momento, as suas afirmações, a sua eventual discordância, perguntaram se na altura não concordou, mas não se manifestou e votou favoravelmente o contrato de estacionamento tarifado por alguma imposição política, ou se após sentir o real impacto da concessão nas ruas da cidade, e o seu impacto junto aquilo que era o eleitorado, decidiu deixar de concordar.

Disse que não queria replicar aquilo que foi uma expressão infeliz que o senhor Presidente utilizou no seu discurso, até porque não o viu a coxear quando entrou na sala, mas era fundamental esclarecer efetivamente aquela Câmara Municipal, e esclarecer de uma vez por todas os setubalenses, sobre aquela que era a posição do Presidente da Câmara e do executivo da CDU, no que respeitava àquela matéria.

Era importante perceber que uma parte significativa do executivo, e também o Presidente no desempenho de outras funções, votaram favoravelmente, e foram os únicos que votaram favoravelmente, quer o regulamento que estava em vigor, quer o contrato de concessão.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Pede um ponto de situação, relativamente àquilo que era a execução das medidas que foram aprovadas a 22 novembro 2023, das medidas de apoio à família, e que vigoravam durante o ano de 2024.

Relativamente à isenção do IMT disse que gostaria de saber qual era o ponto de situação, uma vez que estava para vir, ou iria à consulta pública o regulamento, que não tinha sido feito e, isso impedia que as pessoas que compravam casa no concelho estivessem a usufruir do desconto IMT. Parecia-lhe que já tinha passado tempo demais e que tinham que ser céleres, embora tivessem que cumprir aquilo que eram os prazos das consultas públicas.

Questionou também, qual era a execução das medidas de apoio, quer nas refeições, quer nos transportes, e quer do próprio fundo de apoio ao funcionamento das instituições. Estiveram a reunir com algumas instituições, começaram pelo setor social, e aquilo que lhes tinha sido transmitido era que ainda não receberam a comunicação por parte da Câmara Municipal.

Disse que gostaria, assim possível, de um ponto de situação sobre todas aquelas questões, uma vez que, já tinham passado quase 6 meses desde o início do ano.

Disse que não iria repetir o conteúdo do e-mail do munícipe residente na Rua de Diogo Botelho, em Azeitão, porque era a mesma questão que o Vereador Joel referiu, também foram contactados pelo munícipe e, parecia-lhe que o mínimo a fazer era dar



uma resposta, até porque poderia estar em causa questões de segurança, e a Câmara Municipal tinha esse dever.

Relativamente também a Azeitão, perguntou qual era o ponto de situação relativamente à Rua de São Gonçalo, recebeu, naquele dia, umas fotografias que demonstravam bem o estado em que estava aquela rua. Sabia que tinha sido feita uma beneficiação de cerca de 500 metros, entretanto, importava saber qual era o ponto de situação.

Pedi também, um ponto de situação relativamente a Pinhal Negreiros, estavam previstas uma série de intervenções no 1.º trimestre de 2024 e, gostaria de perceber qual era o ponto de situação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que na última reunião de Câmara, os Vereadores do Partido Socialista viram uma proposta deles ser retirada da ordem do dia, uma proposta de recomendação.

Naquela reunião de Câmara essa proposta voltava a não estar incluída na ordem de trabalhos. Havia uma proposta que foi enviada, também, pelos vereadores do Partido Socialista, que tinha a ver com uma recomendação para a criação de uma comissão municipal para a arte no espaço público, que também não foi incluída.

No contacto tido com o gabinete do senhor Presidente, ficou o entendimento de ser pedido um parecer à CCDR. Perguntou se já teria seguido, ou não teria seguido ainda, esse pedido de parecer à CCDR, uma vez que os vereadores do Partido Socialista consideravam que a interpretação feita sobre as propostas de recomendação apresentadas em reunião de Câmara, interpretação feita pelo executivo CDU, no caso em apreço pelos vereadores que estiveram na última reunião de Câmara, pelo menos daqueles que se manifestaram, e da Vice-Presidente Carla Guerreiro, a proposta acabou de ser retirada, com uma discussão que foi tida, em reunião de Câmara, e que não conseguiam perceber. Não conseguiam entender porque tinha sido dito e afirmado pelo Vereador Fernando Negrão, numa intervenção esclarecedora, de que, no seu entendimento, certamente enquanto jurista, que não haveria nenhum tipo de problema, por parte dos vereadores do Partido Socialista em apresentarem uma recomendação à Câmara Municipal, como já tinha acontecido no passado, com os vereadores do PSD a apresentarem propostas de recomendação votadas, aconteceu com os vereadores do partido Socialista, apresentarem também propostas de recomendação votadas.

Da última vez o entendimento foi diferente, não só sobre essa proposta de recomendação sobre o estacionamento, mas foi diferente também relativamente àquela proposta que entregaram e que não foi incluída na ordem de trabalhos.

A inclusão das propostas na ordem de trabalhos era da competência do Presidente da Câmara Municipal, mas aquilo que queriam dizer era que na última discussão, e o senhor Vereador Fernando Negrão fez essa declaração, tendo sido acompanhada por outros vereadores, de que a figura da recomendação não existia, e que não estava prevista em regimento.

Tinha as declarações proferidas, a verdade era que isso não correspondia ao que estava previsto no regimento, porque o regimento no seu artigo 15.º, n.º 1 alínea b), previa que os membros da Câmara Municipal tinham o direito a apresentar por escrito pareceres, propostas, recomendações.

Portanto, a figura da recomendação estava prevista. Teria sido o único erro, o único lapso, na intervenção do Vereador da bancada do PSD, que foi depois secundada por outros vereadores que, efetivamente, efetivamente a figura de recomendação existia.

Os Vereadores do Partido Socialista aquilo que queriam manifestar, uma vez mais, era que consideravam estarem a ser impedidos do exercício da sua atividade. Os Vereadores do Partido Socialista, enquanto Vereadores da oposição, enquanto Vereadores daquela Câmara Municipal, tinham o direito de apresentar propostas de recomendação à Câmara Municipal, e também ao seu Presidente. Isso acontecia em muitas outras câmaras, tinha dezenas e



dezenas de exemplos, se o senhor Presidente quisesse que lhe deixasse esses exemplos, podia deixar, até para juntar a esse pedido de esclarecimento à CCDR, e eram propostas de recomendação que foram todas elas apresentadas em reunião de Câmara, propostas à Câmara Municipal e todas elas foram votadas.

Era entendimento daquele executivo de que para ser votada, fosse uma moção, ou fosse uma proposta de recomendação, como era o caso, que elas deviam ser incluídas na ordem do dia, esse era o entendimento do executivo CDU, não contestavam isso, nem iam entrar nessa discussão, porque outras câmaras municipais faziam de forma diferente.

Aquilo que era o vosso entendimento era que para ser votado tinha de entrar na ordem do dia. Quando entregavam propostas de recomendação que tinham que ser votadas, pelo vosso entendimento, teriam de estar na ordem do dia. Aquilo que pretendiam era que aquela situação fosse regularizada o mais depressa possível. Perguntou se esse parecer à CCDR já tinha sido solicitado, porque os vereadores do Partido Socialista eram impedidos de exercer a sua atividade.

Os Vereadores do Partido Socialista não apresentavam apenas as críticas, os Vereadores do Partido Socialista apresentavam também soluções. E essas soluções não podiam ser retiradas da discussão na Câmara Municipal por vetos de gaveta.

Exigiam que aquela situação fosse esclarecida e regularizada, já na próxima reunião de dia 22 de maio. Aguardavam que esse pedido, que não sabia se já tinha seguido se não, de parecer à CCDR, fosse-lhes depois também entregue.

Outra questão prendia-se com as propostas que tinham vindo a aprovar em reunião de Câmara.

O movimento associativo apresentava todos os anos um requerimento de apoio, havia um requerimento que era feito, em termos de apoio, havia um documento preenchido pelo movimento associativo. Era analisado pelos serviços de desporto, da cultura, depois, certamente que tinha o aval do Vereador da Cultura, face à proposta que lhe era apresentada, e acreditavam que praticamente todas as propostas de apoio do movimento associativo, que chegam ao senhor Vereador, que chegavam ao gabinete, que tinham depois uma aprovação, fosse num valor menor fosse num valor inferior, havia sempre discordância quanto aos valores, mas acreditavam que praticamente todas tinham uma resposta positiva.

Perguntou se existindo alguma que não tivesse resposta positiva, que não viesse a reunião de Câmara, se existia a comunicação com essa associação, dizendo que não haveria uma resposta positiva, não haveria apoio. Era feito um pedido, caso não existisse esse apoio, caso esse apoio não viesse a reunião de Câmara, se existia um contacto por parte do Gabinete da Vereação, ou por parte dos serviços, dizendo à coletividade que aquele pedido não iria ter deferimento, não iria ter seguimento, não iria ter apoio.

Segunda questão, havendo essa análise positiva, e havendo esse apoio, que vinha a reunião de Câmara, se o movimento associativo, se as associações, eram depois informadas da decisão tomada em reunião de Câmara, ou seja, no dia 27 de abril, por exemplo, foi aprovada um valor para uma determinada coletividade, questionou se essa coletividade era informada da decisão tomada em reunião de Câmara, havia essa comunicação da decisão, ou essa comunicação iria apenas no momento em que era feita a transferência ou o pagamento desse apoio.

Terceira questão, todas aquelas propostas que aprovaram e eram muitas, e ainda bem, porque era sinal que a Câmara Municipal, desde sempre, há mais de 30 anos, 40 anos, apoiava o movimento associativo, e isso era importante, questionou se os apoios aprovados em 2022, em 2023 e em 2024, os valores que aprovaram ali, se todos eles chegaram efetivamente às associações sobre as quais tinham aprovados os apoios.

Em 2022, tiveram uma série de apoios que foram aprovados, questionou se esses apoios chegaram todos ao movimento associativo, as transferências foram todas feitas para as associações, sobre as quais aprovaram os valores. Questionou se em 2023 todos os valores aprovados em reunião de Câmara chegaram ao movimento associativo.

Ao setubalense sabiam que tinham chegado, porque a notícia tinha sido dada no *jornal "O Setubalense"*, sobre os apoios ao movimento associativo, mas o que interessava era: "bater



na *tesouraria das coletividades*”. Questionou se os apoios de 2022, 2023 e 2024 estavam todos pagos ao movimento associativo.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que os Vereadores do Partido Socialista pretendiam manifestar a sua preocupação relativamente à situação de risco e segurança de peões e automobilistas no troço Avenida Infante Dom Henrique, Praça de Portugal e Avenida Afonso Albuquerque.

A situação de risco e segurança era factual, e só quem não atravessou essas passadeiras poderiam colocar em causa a sua perigosidade. A primeira passadeira, na Avenida Infante Dom Henrique, de frente para a “*Pastelaria Versalhes*”, para além de pouco visível, a luz do candeeiro que incidia sobre a passadeira estava tapada pelos galhos da árvore, deixando a passadeira na penumbra. Os automobilistas ficavam sem visibilidade, e só se apercebiam da existência do pião, à noite, quando estavam praticamente em cima dele.

O mesmo acontecia na passadeira que antecedia a Praça de Portugal de frente para o “*Supera*”. No início da Avenida Afonso de Albuquerque, logo a seguir à curva, existia outra passadeira para a qual os automobilistas também não tinham visibilidade, sobre a existência do peão.

Relativamente à Avenida Infante Dom Henrique, para além de invisibilidade das passadeiras, referiu que os moradores davam nota de vários atropelamentos nas passadeiras, quer na passadeira em frente ao “*O Serranito*”, quer na passadeira em frente à “*Pastelaria Versalhes*”, ao longo dos anos, tendo esse troço diversas particularidades, tinham um conjunto de serviços, banco, restaurante, lojas, cafés, comércios, lavandaria e ginásio, que obrigavam à utilização diária daquelas passadeiras por inúmeras pessoas, para além dos moradores, e algumas delas com limitações de mobilidade devido à idade.

Era uma Avenida relevante, que dava acesso à Praça de Portugal e posteriormente à zona comercial e a autoestrada, logo com muito tráfego.

Também se constatava, dos relatos que obtiveram, que os automobilistas não respeitavam as passadeiras e que era frequente os carros ultrapassarem os carros que abrandavam ou paravam na passadeira, para deixar os peões passar. Quer como automobilista, quer como peão, todos os que utilizavam essa artéria já tinham tido sustos.

Alertaram para a necessidade de solucionar aqueles potenciais perigos inerentes às 3 passadeiras referidas, quer pelo corte das árvores, quer pelo reforço da luminosidade, mas também pelo reforço da segurança pedonal, eventualmente, alterando a cor do pavimento da passadeira, como aconteceu na Avenida das Descobertas, assim como se avaliar a colocação de lombas naquela avenida.

Consideravam que a segurança dos moradores e utilizadores daquele espaço público devia ser repensado com celeridade para que mais sustos não se transformassem em realidade, e se assegurassem as adequadas condições de segurança para peões e automobilistas.

A passadeira existente na Rua da Tebaida, na frente para o Largo da Cidade de Magdeburg, não cumpria com a distância prevista no Código da Estrada do estacionamento tarifado existente no local, tornando-se potencialmente perigoso no sentido de quem subia a Rua da Tebaida em direção ao Hospital, pois os veículos estacionados retiravam completamente a visibilidade sobre o peão.

A última questão que colocou estava relacionada com o programa “*Praia Acessível – Praia para Todos*”, que tinha como objetivo promover a igualdade de oportunidades no usufruto das praias por pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Com empenho do Município em 2020, a praia de Albarquel obteve 1.º prémio de praia mais acessível. Segundo os dados disponibilizados a “*Praia Acessível – Praia para Todos*”, na época balnear de 2023 sabiam que a praia da Figueirinha tinha tido uma cadeira anfíbia, teve serviço de apoio ao banho, e que a praia de Albarquel teve igualmente cadeira anfíbia, e serviço de assistência às pessoas com mobilidade condicionada.

O período de candidaturas ao programa, relativo à época balnear de 2024, terminou no dia 31 de março. Questionaram se o Município se candidatou, se iria manter o que teve disponível,



ou se conseguiu elevar a fasquia para outras boas práticas, que não sendo de cumprimento obrigatório, melhoravam as condições de utilização da praia.

Segundo os dados do INE, que tiveram oportunidade de consultar, relativamente à população residente com 5 ou mais anos com dificuldades, relacionando tipo de dificuldade e grau da mesma, constataram que a maior dificuldade era andar ou subir degraus, segundo a qual um número considerável não conseguia mesmo efetuar essa ação, seguiu-se o tomar banho ou vestir-se autonomamente, mas também os problemas com visão tinham um número considerável, e para essas pessoas era importante, também, disponibilizar algum tipo de apoio dada à frequência e procura das praias do nosso concelho.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse ter duas questões, uma delas prendia-se com um tema que já tinha trazido, tinha a ver com a Estrada dos Ciprestes. Pensava que já tinham aprovado o lançamento de um projeto de conceção construção, e era importante saber se os prazos eram cumpridos, se estava tudo a ser feito, porque aquela via causava um péssimo aspeto à entrada e saída da nossa cidade, bem como, pelo que sabia, o piso tem abatido. Era importante saber como esse dossiê estava.

Disse querer desafiar o senhor Presidente e os senhores Vereadores da CDU, relativamente ao tema do estacionamento tarifado. Se havia assunto que pesava, no dia que se fizesse a história daquele mandato, se havia assunto que era importante, que motivava as pessoas, que as incomodava, era o tema do estacionamento tarifado.

Era uma pesada herança, que tinham do mandato anterior, uma maioria absoluta CDU, e convinha, atendendo àquilo que tinha sido apresentado em reunião de Câmara anterior, nomeadamente a deliberação que tomaram, a notificação do concessionário relativamente a um conjunto de penalidades, saber se houve notificação, se houve resposta, em que pé é que estavam. Sugeriu - e o desafio era esse - que em todas as reuniões se fizesse uma espécie de ponto de situação relativamente a esse tema, porque como era um tema que preocupava tanto os setubalenses, naquele caso os setubalenses em concreto, quem vivia na cidade de Setúbal, achava que merecia a atenção, também, por parte daquela Câmara que esse tema fosse trazido em todas as reuniões, se possível, ou quando não houvesse nenhuma novidade, pelo menos que fosse referido, porque se não ficariam todos um bocadinho desalentados, porque tinham a esperança de que, de facto, ainda se conseguisse resolver esse tema, ainda naquele mandato. Por isso, deixou aquele desafio e deixava também aquelas questões ao senhor Presidente. Qual é o ponto de situação relativamente ao estacionamento tarifado?

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que relativamente às questões que a senhora Vereadora Sónia Martins colocou, disse que aquela Câmara aprovou, no seguimento das medidas 2022, uma série de medidas na área da educação.

Informou que relativamente às questões das refeições e dos prolongamentos, porque também havia a medida do prolongamento para os alunos que detivessem o escalão B, do abono de família, esteve a ser cumprida da isenção quer do pagamento das refeições escolares, quer do pagamento do prolongamento no que se referia à questão do pré-escolar. Foram essas duas medidas aprovadas.

Também foram aprovadas outras medidas no que dizia respeito à questão das visitas de estudo, do material de desgaste, e essas trouxeram a Câmara Municipal as propostas de apoio, mas essas iam diretamente para os agrupamentos, não eram da responsabilidade individual, no caso das refeições sim.

Relativamente à questão dos transportes, tinha a ver com os 50% do valor do passe dos alunos, que distavam da sua residência 3 ou 4 quilómetros da escola de referência, mas com a questão dos passes para os alunos até aos 23 anos, do passe navegante gratuito, essa medida já não careceu de nenhuma intervenção da Câmara Municipal.

Relativamente a uma notícia que saiu, naquele dia, no Setubalense, quis fazer um esclarecimento, tendo em conta que teve uma reunião, a pedido da Associação de Pais da Escola Secundária de Bocage, na passada segunda-feira. Foram feitas várias diligências,



nesse sentido, já tinha reunido com alguns pais, havia uma grande inquietação relativamente à comunidade educativa, quer à Escola Secundária de Bocage, quer também às outras escolas, relativamente aos processos de requalificação das mesmas.

Fez algumas reuniões com alguns pais individualmente e depois a Associação de Pais sugeriu que pudessem fazer uma reunião com todos os encarregados de educação, para não estar a fazer esclarecimentos avulsos, e tinha estado de acordo com a metodologia, e na segunda-feira à tarde fizeram essa reunião, com os pais, encarregados de educação, também estiveram presentes alguns professores, e a Direção da Escola.

Os pais colocaram questões que já eram conhecidas, eram questões antigas, a preocupação dos pais era completamente legítima, acompanhava aquilo que eram as preocupações da Câmara Municipal, e que alertaram desde antes do processo da descentralização de competências, nomeadamente, uma escola com uma idade já prolongada, com intervenções pontuais, até, houve oportunidade de o Presidente do Conselho Geral enumerar, porque já estava há muitos anos naquela escola, as intervenções feitas, e há quantos anos não eram feitas intervenções de fundo naquela escola, e relativamente, àquilo que tem sido o papel da autarquia desde que assumiu aquelas competências em abril de 2022.

A notícia do Setubalense era que a autarquia perdeu candidatura aos fundos comunitários. A autarquia não perdeu a candidatura, a autarquia fez tudo o que estava ao seu alcance, para que a requalificação daquelas 4 escolas, para além da Secundária Bocage, pudesse ser uma realidade.

Fez, no último ano e meio, aquilo que nos últimos 20 anos, 25 anos devia ter sido feito e não tinha sido feito, nomeadamente no caso da Escola Secundária Bocage, teve que fazer a planta de todo o edificado, porque nem sequer a planta existia.

Naquele momento tinham autorização da DGESTE, porque tinha sido apresentado um estudo prévio. O estudo prévio inicial, pediu à Câmara algumas alterações relativamente a algumas valências, no caso da Secundária do Bocage falava puramente de requalificação. A biblioteca que existia na escola não tinha as mínimas condições de funcionamento, era uma biblioteca que funcionava há muitos anos num corredor, que era um corredor de passagem entre um bloco de aulas e o outro bloco de aulas. Aquilo que a DGESTE, tinha-lhes pedido, para além da requalificação, foi considerarem a nível do estudo prévio para a elaboração do projeto que fosse contemplada uma biblioteca com condições, e que fosse também programado um pequeno auditório, porque o auditório que existia na Escola Secundária de Bocage era quase uma peça de museu, e devia ser conservado nesse sentido. Era preciso que houvesse um auditório mais funcional. Tendo em conta as questões que a DGESTE, colocou, alteraram o estudo prévio e enviaram um novo estudo prévio à DGESTE, com aquelas alterações, e o estudo prévio já tinha sido aprovado. A questão era que o estudo prévio apenas tinha sido aprovado no final de março, e as candidaturas foram abertas no final de janeiro até ao fim de março.

Entretanto, no dia anterior saíram os resultados dessas mesmas candidaturas, e para a zona de Lisboa e Vale do Tejo foi disponibilizado um valor de 125 milhões de euros e aprovado, pensava que 14 candidaturas. O que significava que de acordo com o acordo que tinha sido feito com a Associação Nacional de Municípios ainda havia fontes de financiamento que o Ministério teria que disponibilizar e que seriam a maioria do valor, porque falavam de um conjunto de mais de 200 escolas na Área Metropolitana e Vale do Tejo.

Aqueles valores da candidatura não foram apenas para os 18 municípios da Área Metropolitana, foram também para todos os outros municípios no fundo, os municípios da área da DGESTE, que eram cerca de 60.

Disse existir um plano de recuperação das escolas, esse plano de recuperação tinha sido assumido entre o Governo anterior e a Associação Nacional de Municípios, e a Câmara Municipal fazia tudo o que estava ao seu alcance para tornar a requalificação, daquelas escolas uma realidade que não foi possível, que nunca foi possível, não foi de tal maneira possível que foi passada, para os municípios, sem ser possível.

Também disse aos pais e encarregados de educação que compreendia perfeitamente as exigências que faziam, achava serem completamente legítimas, porque efetivamente ao longo



daqueles últimos 25, 30 anos, há muitas promessas de requalificação, de recuperação daquelas escolas, inclusivamente na altura do programa Parque Escolar, aquela escola esteve listada para ser recuperada, e depois, foi retirada dessa reprogramação, não sabiam o porquê, e consideravam bastante legítimo, quer dos pais da Secundária Bocage, quer dos pais das outras 3 escolas, que eram aquelas que estavam previstas de terem requalificação, e em dois casos construção de novos edifícios, que era a Barbosa do Bocage, Aranguês e Azeitão.

Tinha consciência que eram muitos anos de promessas, eram muitos anos de que as coisas iam acontecer e depois não aconteciam.

Naquele momento, aquilo que pôde dizer aos pais era que a Câmara Municipal desenvolvia todos os esforços para que aquilo fosse uma realidade, e que pudesse avançar com aqueles projetos, houvesse condições para que aquilo acontecesse, porque efetivamente, as fontes de financiamento tinham que ser disponibilizadas pelo Governo, conforme estava no acordo.

Estavam previstas de três formas, uma delas era o PRR, outra eram os programas operacionais das zonas de cada uma das áreas, no caso do POR Lisboa era diminuto, porque sabiam que os financiamentos eram conduzidos a 40% e a outra seria uma abertura de uma linha de financiamento, através do BAI, tudo isso no acordo que tinha sido celebrado e firmado, e que dizia que os financiamentos tinham que ser a 100%.

Era esse o planeamento, era essa a questão apresentada, também, aos pais.

Perante as dificuldades todas que iam sentindo no dia a dia, saneamentos e esgotos com mais de 70 anos, instalações elétricas a precisar de reparações, era muito complicado compreender todo aquele histórico, e estava solidária com os pais e encarregados educação, especialmente daquelas 4 escolas, pelo modo como a transferência de competências foi feita, e as questões foram colocadas às câmaras municipais.

Era mesmo urgente a disponibilização de mais verbas e era mesmo urgente perceberem como eram os mecanismos das candidaturas, porque já tinha falado, numa reunião de Câmara, e do seu ponto de vista, não era compreensível que as câmaras municipais tivessem que avançar por si, com os seus orçamentos municipais, os valores dos projetos de execução. Contrariamente a outras candidaturas, nomeadamente, também no âmbito do PRR, em que isso não aconteceu.

Curiosamente, aquele lote de candidaturas tinha sido aprovado com um número muito diminuto de autarquias, por que será?

Porque, realmente não existiam plantas, não era só em Setúbal, era no país inteiro, não existiam projetos, nada tinha sido fornecido às câmaras municipais, nada tinha sido facilitado, e naquele momento a maioria das autarquias do país estavam naquele processo, a recolher elementos, a fazer projetos, a fazer estudos prévios, a fazer programas, porque efetivamente isso não existia.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que relativamente à obra na Rua de Diogo Botelho, em Azeitão, o que estava em causa era uma comunicação prévia, e não um licenciamento, nessas situações os projetos eram apresentados à Câmara com os devidos termos de responsabilidade, eram pagas as taxas e eram iniciadas as obras. Obviamente, por ação do trabalho de fiscalização as obras eram acompanhadas, e por denúncia seriam verificadas, foi o que aconteceu naquela obra. Obviamente, também, por princípio, todas as reclamações que chegavam à fiscalização, ou a qualquer outro serviço, deviam ter resposta, nem que fosse a informar das diligências internas, que muitas vezes não eram tão rápidas quanto seria desejável para os reclamantes.

Admitia que já tivesse havido resposta no sentido de explicar qual era o procedimento que estava em causa naquela obra, sendo que foi um email, que efetivamente tinha sido distribuído para inúmeros contactos da Câmara Municipal.

Sobre as praias acessíveis foi apresentada candidatura, essa candidatura tinha uma vistoria agendada para junho e, portanto, só nesse momento é que saberiam se a mesma seria aceite e se teria condições de ser aceite ou não.



Relativamente à questão do estacionamento tarifado e às duas deliberações que tinham tomado em março, nomeadamente, na intenção de aplicação de sanções e da modificação ao contrato, já tinham recebido resposta, por parte da empresa concessionária, e estava a ter a sua avaliação jurídica, no sentido de ser respondido com a maior brevidade possível.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, no respeitava a Pinhal de Negreiros, estava em andamento a segunda fase da obra, estava em preparação a terceira fase da obra e estava previsto outra obra, que não estava inicialmente pensada, de substituição de lajetas à volta dos prédios centrais.

Era um trabalho feito em articulação com a Junta de Freguesia, e havia um planeamento que estava em curso, não havia nenhuma novidade especial relativamente ao processo. Havia um planeamento em curso, em parceria, mesmo financeira, com a Junta de Freguesia, Câmara/Junta de Freguesia.

O processo estava encadeado de forma que fosse concluído no mais breve prazo possível de tempo. Havia uma fase que metia muitos espaços verdes, também havia equipamentos que estavam em aquisição, o processo decorria normalmente.

Têm reunido com a comissão de moradores de Pinhal Negreiros, já tinham feito 2 plenários com os moradores, e mantiveram essa informação atualizada junto dos moradores.

O processo estava em curso, não tinha mais nenhuma questão que pudesse dizer, a não ser entregar uma informação escrita, com os bonecos do projeto, se tivessem interesse nisso.

Relativamente à Rua de São Gonçalo, faziam pequenas intervenções pontuais, mas, como tinha sido informado numa reunião anterior, mandaram fazer um projeto fora, a um especialista, para tratamento dos primeiros 2 km da Rua de São Gonçalo, da Nacional 10 para dentro, para transformar aquela zona numa zona de Alameda.

O projeto era elaborado, quando houvesse novidades diriam. O projeto iria levar pelo menos 4 ou 5 meses a fazer, não poderia dizer a data exata, depois poderia dar uma nota mais precisa.

Relativamente às passadeiras, que a senhora Vereadora Patrícia Paz falou, era um problema que tinham em várias ruas, estavam sempre a fazer passadeiras, dezenas de passadeiras.

Naquele momento, estavam a fazer em zonas mais sensíveis passadeiras com uma base colorida, como recentemente fizeram em Vale do Cobro, que de facto provocava uma reação distinta das pessoas. As pessoas à distância, ao verem aquela coisa com cores diferentes, abrandavam. Depois da pintura esteve com os moradores do Vale do Cobro a acompanhar aquele processo, e verificaram que os carros abrandavam para aquela passadeira e não para as outras, era interessante esse fenómeno.

Em relação às questões colocadas, eram questões relevantes, iam olhar para elas e ver a sua solução. Nas artérias que referiu, tinham um problema de incumprimento dos automobilistas, muito complicado.

Não era só o problema da passadeira que se via pior, passou no dia anterior à noite, junto à passadeira do Supera, e de facto, via-se muito mal, mas era também o problema da aceleração, as pessoas aceleravam por ali abaixo de uma forma incrível, às vezes até desrespeitando o sinal. Para além da pintura, também havia, a sinalética, tinham que ver.

Ficava registada essa nota, que era uma nota que também tinham, e estavam a trabalhar.

Em relação à Estrada dos Ciprestes, tinha sido aberto o processo concursal na reunião de Câmara, estava a decorrer, ainda não tinham sequer respostas.

Em relação àquela e a outras obras mais relevantes, iria mantendo uma informação regular do andamento das obras, eram obras estruturantes e muito relevantes no nosso município.

**Sr. Presidente** – Disse que relativamente às questões colocadas pelo senhor Vereador Joel Marques já tinha sido dada resposta, relativamente à questão da fiscalização.

Disse ser sempre de agradecer, quando alguma coisa não estivesse a correr bem, informação no sentido de terem a atenção devida sobre essas questões, no sentido de que os serviços pudessem dar uma melhor resposta, ou então, como aconteceu naquela vez, era um assunto



que era acompanhado. A informação que veio do munícipe era que já tinha enviado vários pedidos de intervenção, e que não havia resposta.

A senhora Vereadora já tinha dito que tinha conhecimento e explicou qual era o processo e qual era a situação. Infelizmente aquelas facilidades, no sentido de os processos serem mais céleres, que eram muitas vezes criadas para o urbanismo, depois tinha outros efeitos que tinham de ir acompanhando e acertando um pouco tudo isso.

Relativamente à questão colocada sobre a intervenção que o Presidente da Câmara fez na Sessão Solene do 25 de Abril, registou que o senhor Vereador disse que o Presidente da Câmara deu muito protagonismo ao Partido Socialista. Se deu protagonismo era porque o Partido Socialista deu razão para que o Presidente da Câmara desse protagonismo ao Partido Socialista.

Relativamente à questão do contrato de concessão, o que afirmou, estava afirmado, era público, estava assumido. A seu tempo teriam oportunidade de esmiuçar melhor aquelas questões. Como bem sabiam, foram à Câmara Municipal algumas propostas, relativamente ao contrato. As propostas foram viabilizadas, a empresa já tinha dado resposta às questões, estavam a analisar essas mesmas questões.

Eram questões que tinham que ter avaliação jurídica, não podia ser de outra forma, tendo em conta o que estava em causa, quando houvesse uma posição sobre isso, naturalmente que, os senhores vereadores teriam conhecimento, inclusive, da resposta que seria dada à empresa no quadro jurídico que se impunha naquele processo.

Como também já tinha referido, outras iniciativas seriam tomadas, no sentido em que a defesa dos munícipes de Setúbal, a defesa daquilo que era o interesse público, pensava que já tinham dado provas, alguma vez poderia ser posta em causa. Às vezes, podia-se dizer que poderia ser muito mais célere, mas estavam a tratar processos complicados, processos jurídicos, processos pesados, como todos sabiam, e tratava-se de um contrato em que a Câmara Municipal era o cocontratante.

Todas as iniciativas que a Câmara Municipal pudesse ter sobre aquele processo - e tinha-as e iria continuar a tê-las -, do outro lado, o cocontratante haveria também de ter as suas iniciativas, e era preciso ter muito atenção, porque a Câmara Municipal tinha de defender, para além do interesse público também, a salvaguarda daquilo que eram as penalizações que eventualmente, se não tivessem a devida atenção poderia sofrer.

Era preciso que aquela questão fosse tratada com toda a ponderação, no sentido de que a Câmara não fosse posta em causa quando intervinha na defesa do interesse público.

Essa questão era importante salvaguardarem, e, por isso, a celeridade naqueles processos podia não ser o melhor caminho.

Podia garantir que a partir do momento em que tomaram a iniciativa de começar a pôr em causa a intervenção da empresa, e o cumprimento daquilo que a empresa estava sujeita nos termos do contrato, a partir desse momento, após chamarem à atenção, após verem as condições que tinham, ou não tinham, das questões terem sido clarificadas, como lhes competia, de chamar à atenção para as questões que não eram cumpridas, após ultrapassada essa fase, passaram à segunda fase, que era aquela em que estavam naquele momento, que como se viu, já tinham vindo à Câmara Municipal um conjunto de propostas e de iniciativas que iriam ter as suas consequências.

Outras iniciativas iriam de ali ir, certamente, com outro nível de intervenção. Quis que ficasse bem clara aquela questão.

Aquele executivo municipal, que tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, nunca deixou de pôr em 1.º lugar a defesa do interesse público, e naquele caso a defesa do interesse público era também a defesa do interesse dos cidadãos. Sobre isso o que disse estava dito, estava afirmado, era público e, por enquanto, não tinha nada a acrescentar aquilo que disse.

Relativamente aos apoios às famílias, pensava que o processo era desenvolvido, a senhora Vereadora tinha dito que já estavam há 6 meses, ainda não era bem há 6 meses, estavam no início de maio, como sabia as câmaras municipais tinham procedimentos próprios, tinha uma

burocracia própria que a administração impunha, e às vezes aquelas coisas não corriam como todos gostariam

A informação que tinha era que aqueles processos decorriam, a senhora Vice-Presidente já tinha referido, relativamente à educação, era uma questão concreta, até porque o ano letivo estava a decorrer, não se podia perder tempo, não iam repor as refeições das crianças de janeiro em junho, as prioridades também tiveram de acontecer, e a senhora Vice-Presidente já tinha falado sobre isso. Relativamente a outras questões das famílias, das instituições, os processos eram cumpridos.

Quanto à questão do IMT, havia um procedimento que decorria nos serviços, naquele momento não sabia qual era exatamente o ponto, mas iria informar-se e na próxima reunião, ou antes, disso, se tivessem oportunidade, comunicaria essa situação. Mas como sabiam, era um processo que decorria, e que o mais rapidamente possível teria as consequências, no sentido da deliberação que tinham tomado.

Sobre a questão do estacionamento tarifado, já tinha respondido, já tinha dito que a empresa já tinha respondido, era analisada a sua resposta, e logo que estivesse concluída essa avaliação os senhores vereadores teriam acesso a esse documento, e designadamente à resposta que seria dada à empresa na sequência das questões que tinham que ter um tratamento jurídico.

Quanto à questão do contrato e da ponderação que tinham que ter, já tinha falado sobre isso. Precipitações poderiam pôr em causa os interesses da própria Câmara Municipal, e isso era uma questão que tinham de salvaguardar.

Isso não queria dizer que fossem processos para ficar na gaveta, ou se deixarem arrastar, não, eram processos que decorriam, se não estivessem a decorrer não tomaram a iniciativa de trazer, ali já, aquelas propostas, tinham-nas trazido após terem conversado com a empresa, de ter-lhes colocado todas as questões que identificaram, até por informações que os senhores vereadores fizeram ali, das populações, dos munícipes, que se dirigiram à Câmara Municipal e na sequência de tudo isso, foram várias vezes, em várias reuniões, comunicado à empresa aquelas várias questões.

A empresa não teve em conta as recomendações, e as informações, e naturalmente, tomaram a iniciativa de trazer à Câmara Municipal e pôr um processo a decorrer, que era um processo jurídico, e essa questão tinha que ser salvaguardada, para além da questão da defesa do interesse público, havia também a questão da defesa do interesse próprio da Câmara Municipal, que também era um interesse público, mas era um interesse próprio.

Relativamente ao conjunto de questões que o senhor Vereador Fernando José colocou sobre se as associações ou as instituições quando faziam o seu pedido se depois era comunicado à associação, ou se tivesse sido aprovado, ou se tivesse seguimento, ou se não teve seguimento, não lhe sabia dar essa resposta, porque isso era dado pelos próprios serviços, tinha a ideia de que quando havia uma decisão era comunicada a quem a fez, fosse uma instituição ou uma associação.

Poderia informar-se melhor, se era assim como dizia, ou se havia outro entendimento, pensava que não havia, porque achava que não devia haver.

Relativamente à questão tratada na última reunião, sobre as recomendações, o senhor Vereador não tinha feito referência a um parecer jurídico, que tinha sido pedido, e era um parecer jurídico, que lhe parecia bem claro àquelas suas interrogações, e tinha sido distribuído a todos os senhores vereadores.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que certamente transmitiram ao senhor Presidente que tinham outros pareceres jurídicos que iam precisamente no sentido contrário daquele que lhes foi entregue.

Tiveram uma conversa bastante cordial com o Chefe de Gabinete do senhor Presidente, no sentido de ser feito um pedido de esclarecimento à CCDR, porque o entendimento tido era apenas da Câmara Municipal de Setúbal, não havia outra Câmara no país que tivesse aquele entendimento.



**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador, na sua intervenção, não fez referência ao parecer jurídico, e por isso é que assinalou essa questão. O parecer jurídico que tinha sido pedido, era de um jurista que trabalhava para a Câmara Municipal, e que tratava daqueles assuntos. O senhor Vereador não tinha concordado, ou entendeu que haveria outros pareceres jurídicos que também poderiam ser elaborados. Como o senhor sugeriu, que se pedisse um parecer jurídico à CCDR, iam pedir um parecer jurídico à CCDR. Não podia haver dúvidas sobre isso.

O entendimento deles tinha sido manifesto na altura, uma coisa eram as propostas de recomendação apresentadas no período antes da ordem do dia, que não tinham votação, outra coisa eram as propostas de recomendação apresentadas no período da ordem do dia e que obrigatoriamente tinham votação.

Como sabiam não era jurista, e ia recorrer ao parecer jurídico, na interpretação que o jurista fez do regulamento da Câmara Municipal e da lei, quando havia uma proposta de recomendação que ia à ordem do dia, a recomendação era relativamente a um terceiro, era a interpretação que estala ali, era a interpretação da lei, e sobre isso não havia mais nada a dizer.

A Câmara Municipal, aquele executivo municipal, naquele momento, por maioria da razão, estava suportado naquele parecer jurídico, que era um parecer jurídico da Câmara Municipal, e de alguém que trabalhava para a Câmara Municipal.

O senhor Vereador dizia que não concordava com aquele parecer jurídico, e fez uma sugestão, e a sua sugestão foi aceite. Era feito um pedido de parecer jurídico à CCDR. Quando viesse o parecer jurídico veriam. Sobre aquela matéria não tinha que haver qualquer dúvida.

Naturalmente que, cada um tinha interpretações, eram as suas interpretações. Pediram um parecer jurídico, foi isso que combinaram na reunião, naturalmente que pediram um parecer jurídico a alguém que merecia a nossa credibilidade, se não, não trabalhava para a Câmara Municipal. Esse jurista elaborou um parecer jurídico, o senhor dizia que não concordava com o parecer jurídico, mas eles, o executivo, que tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, tinham um parecer jurídico, portanto, o parecer jurídico que tinham, de alguém que trabalhava para a Câmara Municipal dizia exatamente: "*de acordo com a posição inicial que nós tivemos*", naquele momento a posição que tinham era a que estava no parecer jurídico, não podia ser de outra maneira.

O senhor Vereador dizia terem dúvidas sobre isso, e sugeriam que fosse pedido um parecer jurídico à CCDR, e iam pedir um parecer jurídico à CCDR, quando viesse o parecer jurídico avaliariam.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse haver uma questão que não lhe respondeu, mas pressupôs que iria obter essa informação, se os apoios aprovados, em 2022, 2023 e 2024, se todos eles chegaram ao movimento associativo, às associações. Não lhe respondeu, mas partiu do pressuposto que iria obter essa informação, porque naquele dia não conseguia dar essa informação.

Em relação à outra questão, não conseguiam perceber, não era o Vereador Fernando José que estava em causa, era toda a vereação do Partido Socialista, não entendia essa posição do executivo, e não entendia por duas razões de ordem, a primeira era que no passado e conforme estava previsto no regimento, tanto os Vereadores do PSD com os Vereadores do Partido Socialista apresentaram recomendações àquela Câmara, enquanto vereadores da oposição, apresentaram propostas de recomendação àquela Câmara, e essas propostas de recomendação foram votadas e nunca foram colocadas em causa, foi na última reunião que a questão foi levantada.

O facto de colocar na ordem do dia ou antes da ordem do dia, esse era um tema que competia ao senhor Presidente, porque era o senhor Presidente que fazia a ordem de trabalhos, o seu entendimento era que para a recomendação ser votada, e também era o entendimento para uma moção ser votada, que ela devia estar na ordem do dia, era o seu entendimento e respeitavam, era o senhor Presidente que fazia a ordem de trabalhos.



Sendo nosso entendimento que a recomendação tinha que ser votada, de acordo com aquilo que era a sua posição, ela devia constar na ordem do dia, e foi e bem incluída na ordem do dia e depois retirada. E, havia uma segunda razão de ordem, é que para além dos pareceres que também tinham, e dos entendimentos que tinham, havia uma prática também em todas as câmaras municipais em que aquela situação acontecia, tinha consigo e poderia deixar, porque certamente poderia consultar de camaradas da CDU, que fazem a apresentação de propostas de recomendação noutras câmaras municipais, nomeadamente na Câmara Municipal do Porto.

Se um autarca da CDU, podia, na Câmara do Porto, apresentar uma recomendação à Câmara Municipal, porque é que os Vereadores do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Setúbal, não podiam apresentar essa recomendação?

Pretendiam que fosse célere esse processo, de pedido de esclarecimento à CCDR, e iriam tomar a liberdade de enviar-lhe por email, para o seu gabinete, as questões que queriam ver respondidas, porque entendiam que aquele pedido de parecer devia estar direcionado para as questões levantadas.

Essa figura da recomendação existia, já tinham ficado a perceber que existia, não foi nada inventado pelos Vereadores do Partido Socialista, estava previsto no regimento, a questão que se colocava era outra e, portanto, esse pedido de parecer devia ser direcionado, e iriam fazer uma sugestão, ao gabinete do senhor Presidente, no sentido, dessa pergunta ser colocada à CCDR.

**Sr. Presidente** – Disse que o facto de antes ter havido propostas aceites, incluídas, e a partir de uma determinada altura ter deixado de haver, foi porque foram chamados à atenção para isso, de que nos termos o regimento, e que nos termos da lei, aquilo não devia acontecer. Como foram chamados à atenção para isso, foi essa posição.

Entretanto, pediram um parecer jurídico, e o parecer jurídico tinha sido distribuído aos senhores vereadores, e expressava aquilo que era a avaliação que o jurista da Câmara Municipal fazia sobre essa questão e, vinha dar razão à posição que a CDU tomou, relativamente àquela matéria.

O senhor Vereador não concordava, e fez a sugestão de se pedir um parecer à CCDR, e iam pedir à CCDR. Achava que sobre isso não valia a pena haver mais polémica, não valia a pena gastarem saliva. O que se passava na Câmara do Porto ou noutras câmaras, elas eram responsáveis por isso.

(burburinho de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse pensar que tinha ficado bem claro, a nossa posição sobre isso, e que na sua dúvida, tinham pedido um parecer à CCDR, quando o parecer da CCDR viesse, veriam qual era a questão.

Relativamente à questão da resposta ou não, como era óbvio o seu entendimento era que obrigatoriamente se tinha de dar resposta, mas iria informar-se com os serviços.

Relativamente aos pagamentos, não tinha dúvidas que em relação ao ano de 2022, estaria tudo regularizado.

Em relação ao ano de 2023, eventualmente poderia haver algumas situações que não estivessem ainda regularizadas, mas iria ver e depois transmitiria ao senhor Vereador qual era o ponto de situação, porque naquele momento não tinha essa informação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que então partiriam do pressuposto que de 2022 estava tudo pago ou iria obter essa informação?

**Sr. Presidente** – Disse que era a sua convicção.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que aguardariam pela informação.



**Sr. Presidente** – Disse que sim.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que a propósito daquela questão do regimento, querer apenas fazer um bocadinho de História, talvez fosse um defeito seu, porque era profissional na área da História e Geografia de Portugal.

No início daquele mandato, em representação do PSD, a Vereadora Sónia Martins, em representação do PS, ele próprio, e também o Vereador Ricardo Oliveira em representação da CDU, construíram uma proposta de regimento que trouxeram àquela Câmara, dizia isso para que se percebesse que o trabalho que tinha sido feito por aquela “Troika”, foi um trabalho profundo, um trabalho competente, havia razões para as coisas terem sido construídas como foram, nomeadamente haver uma referência ao regimento, à figura da recomendação, no regimento. Quando o regimento ali foi tinha sido aprovado por unanimidade dos presentes.

A figura da recomendação não apareceu do nada, apareceu, foi reconhecida como relevante por aquela Câmara, a prova é que foi o regimento com essa figura expressa aprovada por unanimidade, e agora tinha uma nova situação, tinham uma situação que era ponderada, já havia um parecer jurídico, tinham um entendimento diferente, não era só o Vereador Fernando José, a bancada tinha um entendimento diferente, mas lembrou que todos já tinham chegado a ter um entendimento diferente, porque quando foi à votação o regimento ninguém pôs em causa a figura da recomendação como era posta naquele momento.

lam analisar, os mais entendidos juristas entendessem e fundamentassem seria naturalmente bem acolhido, mas lembrou, que até nem era por acaso que a figura da recomendação aparecia na forma de proposta, porque quando estiveram a trabalhar na construção do regimento, falaram, exatamente, da figura dever ser sujeita a uma votação e, que para isso acontecer era suposto aparecer sobre a forma de proposta.

Quis trazer um bocadinho do passado ao presente, para que também não se pensasse estarem ali em birras, estavam no cumprimento do regimento. O que fizeram foi cumprir o regimento. Naquele momento havia outro entendimento, iriam esperar, como dizia o senhor Presidente, iriam avançar para a CCDR, e esperar o que vinha de lá, de quem era mais entendido, para que pudessem trabalhar da forma que esse parecer os ajudasse. Mas era bom ficar para o futuro a ideia que, no passado, todos já tinham estado de acordo com a figura da recomendação nos trabalhos daquela Câmara.

**Sr. Presidente** – Disse que na intervenção do senhor Vereador Vítor Ferreira parecia que o jurista que tinha emitido aquele parecer não tinha tido em conta o regimento que tinham aprovado.

(intervenção inaudível)

**Sr. Presidente** – Disse que tinham o parecer, se o senhor visse bem o parecer, nas conclusões, no ponto 5.1, dizia assim.” *As recomendações que um ou mais membros da Câmara pretendam dirigir ao órgão executivo, devem ser formuladas nos termos previstos nos artigos 15.º número 1, alínea b), e 30.º número 1, alínea a), ambos do regimento da Câmara Municipal de Setúbal, no período antes da ordem do dia*”. O jurista tinha ido beber ao regimento que o senhor se estava a referir. E, no ponto 5.2 dizia que:” *as deliberações que a Câmara Municipal aprova no período da ordem do dia, as deliberações, podem integrar recomendações, é preciso ler o que está escrito no documento, podem integrar recomendações, por definição, dirigidas a entidade terceira e diferente da Câmara Municipal, uma vez que é inerente ao conceito de recomendação, que o autor e o destinatário da recomendação sejam pessoas ou entidades diferentes*”, é o que dizia o nosso jurista. O que o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha vindo dizer era que: “*nós aprovámos por unanimidade um regimento, e agora estamos a pôr em causa o regimento*”, não, é que o jurista tinha ido beber ao regimento da Câmara Municipal que tinham aprovado.

**Sr. Vítor Ferreira** – Disse que o que estava a esclarecer é que quando a proposta tinha sido construída, para ir ali a votação, não tinha esse entendimento. Tinha o entendimento de no âmbito dos nossos trabalhos poderem fazer recomendações.

**Sr. Presidente** – Disse que, ali não dizia que não se podia fazer recomendações.

**Sr. Vítor Ferreira** – Pediu para o senhor Presidente lhe fazer um favor de duas coisas: *“já me basta o senhor Vereador Rabaçal dizer que eu não sei de matemática, agora o senhor Presidente dá a entender que eu sei ler pareceres”*, naquela Câmara, começava a ter problemas, pensava que aqueles que em casa os acompanhavam, e que tinham votado em si, deviam de estar cheios de pena de ter sido tantas vezes posto em causa e insultado. Não estava a pôr ninguém em causa, não estava a pôr em causa a sua interpretação, nem a do jurista, até porque tinha dito: *“vamos esperar que venha o parecer da CCDR, e o que vier será”*, estava era a lembrar, que quando aquele regimento tinha sido construído, e tinha incluído determinadas figuras tinha sido numa determinada perspetiva, que aliás, já tinha chegado a funcionar e que naquele momento deixaria de funcionar, provavelmente, se o parecer fosse nesse sentido.

Tinham que começar a conversar uns com os outros, sem ser preciso colocar em causa a competência *“deste ou a capacidade do outro”*. Tinha lido o parecer, não concordava com ele, mas aguardava por um outro parecer, para juntar a outros pareceres que tinham de quem de direito, de quem sabia disso mais do que ele. Estava a lembrar de quando o regimento tinha sido construído, tinha sido construído com essas figuras referidas numa determinada perspetiva.

Não queria culpar ninguém, estava apenas a chamar à atenção para que quem os acompanhava também tivesse uma versão daquilo que eram as coisas, e da forma como apareciam ali, porque não apareciam ali, fossem as propostas do executivo propriamente dito com pelouro, fosse dos que eram do executivo oposição, não apareciam ali por acaso, apareciam porque na realidade queriam todos ajudar a construir *“Mais Setúbal”*, como costumava ser o lema de algumas das forças políticas envolvidas.

**Sr. Presidente** – Disse que pensava que estava esclarecido.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que sabiam que os pareceres não faziam jurisprudência. Disse que se a recomendação tivesse sido sobre uma rotunda, não estariam, naquele momento, a ter aquela discussão, tinha sido sobre estacionamento tarifado, e, portanto, a interpretação seria distinta.

Na sequência daquilo que tinham sido as indicações dadas pela Vereadora Rita Carvalho, corroboradas pelo senhor Presidente, no que respeitava à resposta já recebida por parte DATAREDE, requereu que essa resposta, dada pela empresa concessionada de estacionamento tarifado às intenções de sanções que tinham sido aprovadas pela Câmara Municipal, fosse distribuída às bancadas da oposição.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte Moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 12:

**“Moção  
Dia do Trabalhador**

*No Dia Internacional do Trabalhador, celebrado a 1 de maio, destaca-se não apenas as conquistas históricas no campo dos direitos dos trabalhadores, mas também a contínua luta pela justiça e igualdade no ambiente laboral em todo o mundo. É um dia de sensibilização para as condições de trabalho precárias que persistem e para a importância de se alcançar uma sociedade mais justa e solidária.*



*A origem desta data remonta à histórica greve geral de Chicago, em 1886, onde os trabalhadores reivindicaram melhores condições laborais e salariais. Oficialmente reconhecido a partir de 1889, durante o Congresso Operário Internacional em Paris, o 1 de maio tornou-se um símbolo global da luta pelos direitos dos trabalhadores.*

*Em Portugal, o feriado do Dia do Trabalhador foi inicialmente celebrado em 1890, mas cessou durante o regime do Estado Novo. Após a Revolução dos Cravos, em 1974, as comemorações foram retomadas, marcando um novo período de reconhecimento e valorização dos direitos laborais.*

*Neste dia, é importante lembrar que ainda há muito por fazer no que diz respeito ao emprego. É necessário criar mais oportunidades de trabalho, apoiar as empresas na manutenção dos postos de trabalho, promover o emprego jovem e investir na formação. Além disso, é crucial adaptar a legislação para proteger os direitos de todos os trabalhadores e estabelecer parcerias eficazes com o ensino e as universidades para garantir uma transição suave para o mercado de trabalho”.*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 15.

#### **“Saudação**

#### **41.º aniversário Associação Caboverdiana de Setúbal**

*No passado dia 1 de maio, a Associação Caboverdiana de Setúbal celebrou o seu 41º aniversário, desde a sua fundação em 1983. Este marco representa não apenas uma trajetória de quatro décadas de existência, mas também um compromisso contínuo com a comunidade e a promoção da inclusão social.*

*Ao longo dos anos, a Associação Caboverdiana de Setúbal tem desempenhado um papel crucial no combate à exclusão social e na promoção da diversidade e inclusão na sociedade. Através de diversas iniciativas e projetos, tem trabalhado incansavelmente para criar um ambiente onde todos os cidadãos se sintam valorizados e integrados.*

*Hoje, mais do que nunca, é imperativo continuar a apostar em políticas de integração que promovam a pluralidade e o bem-estar de todos os membros da comunidade. A diversidade é uma riqueza que enriquece a nossa sociedade, e a Associação Caboverdiana de Setúbal tem sido um exemplo inspirador de como podemos construir uma comunidade mais inclusiva e solidária.*

*Neste 41º aniversário, é com grande admiração e gratidão que saudamos a Associação Caboverdiana de Setúbal pelo seu compromisso inabalável com a igualdade, diversidade e justiça social. Que este seja apenas o começo de muitos mais anos de sucesso e impacto positivo na comunidade”.*

#### **“Saudação**

#### **97.º aniversário Associação de Futebol de Setúbal**

*No dia 5 de maio, a Associação de Futebol de Setúbal celebrou o seu 97º aniversário, marcando quase um século de dedicação ao desenvolvimento do futebol local e à formação de atletas de excelência. Desde a sua fundação em 1927, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental na vida desportiva da nossa região.*

*A AF Setúbal tem sido sustentada pelo vigor e dedicação dos seus filiados, que incluem clubes, dirigentes, técnicos, atletas e árbitros. Graças ao empenho de todos aqueles que têm trilhado este percurso quase centenário, a AF Setúbal tornou-se uma entidade de referência no país.*

*À medida que celebramos o 97º aniversário da AF Setúbal, é gratificante observar os números recorde que a instituição tem alcançado. Com mais de 15 mil atletas inscritos, nunca*



*antes haviam alcançado um registo tão expressivo. É com especial entusiasmo que sublinhamos este marco significativo.*

*É importante destacar também o crescimento notável no número de praticantes do género feminino, que ultrapassou a fasquia do milhar pela primeira vez nesta época desportiva. Estes números são um testemunho claro do empenho, dedicação e trabalho conjunto de todos os clubes que fazem parte da AF Setúbal.*

*Que este seja apenas mais um marco numa jornada contínua de sucesso e crescimento para a Associação de Futebol de Setúbal. Votos de parabéns a todos os que fazem parte desta grande família desportiva!"*

### **“Saudação 50.º aniversário Partido Social Democrata**

*Celebram-se os 50 anos de existência do Partido Social Democrata, fundado a 6 de maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães. Ao longo destas cinco décadas, a história do PSD confundiu-se com a história da democracia em Portugal, moldando o rumo do regime democrático e conferindo-lhe os valores de humanismo, progresso económico e social que só uma visão social-democrata transporta.*

*O legado de Francisco Sá Carneiro tem sido fundamental na consolidação e afirmação do PSD como um partido de referência na política portuguesa. Sob a sua liderança, o partido direcionou-se para o Estado social, para a economia social de mercado e para um modelo de sociedade livre, justa e equitativa. Uma sociedade assente na igualdade de oportunidades, no mérito e na solidariedade, que valoriza a livre iniciativa sem nunca perder de vista a inclusão e a coesão social.*

*Ao celebrar meio século de existência, o PSD reafirma o seu compromisso com os valores que o definem: a proximidade às pessoas, o sentido de responsabilidade, a busca por consensos e a promoção do bem comum. Mais do que um partido político, o PSD encara a política como uma missão de serviço ao país, com responsabilidade, seriedade e sentido de Estado.*

*Olhando para o futuro, o PSD reconhece a importância de preparar os próximos 50 anos com uma visão de modernidade, abertura à Europa e ao mundo, e com o objetivo de construir um país mais justo, equilibrado e onde todos sejam tratados com igualdade e justiça. Que este aniversário seja não apenas uma celebração do passado, mas também um impulso para enfrentar os desafios do futuro com determinação e compromisso”.*

**Sr. Presidente** – Aproveitou para saudar o PPD/PSD, pelos seus 50 anos de vida, que eram também 50 anos da democracia em Portugal.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Começou por saudar, em nome da bancada do Partido Socialista, o PSD pelos seus 50 anos de intervenção e de contributo para a construção daquilo que tem sido o nosso caminho da democracia e do desenvolvimento. Não estavam a falar dos 3 D's, mas no fundo, todos de uma forma ou de outra, que se consideravam do espectro democrático, tinham feito esse caminho, tinham feito esse trabalho. Não estavam sempre de acordo, mas era exatamente isso, uma das razões de viverem em democracia: *“Portanto, a nossa saudação também para o aniversário”.*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 a 27.

**“Saudação  
Samuel Freire, Campeão Nacional**

O atleta do Vitória Futebol Clube, Samuel Freire, sagrou-se Campeão Nacional de 10 000 metros, com o tempo de 28 minutos, 28 segundos e 93 centésimos, no Campeonato de Portugal, que decorreu no dia 20 de abril, nas Caldas da Rainha. Na prova, Samuel Freire garantiu o 1º lugar ao superar Samuel Barata, do Sport Lisboa e Benfica, e João Pereira, do Sporting de Braga. Passados alguns dias, o atleta termina o mês de abril em grande, conquistando o primeiro lugar na meia-maratona de Setúbal, estabelecendo o novo recorde da prova. Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Samuel Freire, o seu treinador e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho. Setúbal, 8 de maio de 2024”

**“Saudação  
Aniversário da Água Ardente - Produções Teatrais**

O teatro faz parte da identidade cultural e artística do concelho de Setúbal, que desde sempre contou com grupos e companhias teatrais, amadoras e profissionais, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento sociocultural do nosso território e para a difusão da cultura setubalense. A Água Ardente - Produções Teatrais foi assim criada, enquanto associação cultural de atividade teatral independente, com o objetivo de levar aos públicos o teatro, através da dinamização de projetos artísticos e culturais nas áreas do teatro e da expressão dramática, primando pela qualidade e diversidade e procurando envolver todos no processo criativo, criando um teatro feito com pessoas e para pessoas. A sua atividade não se limita apenas ao concelho ou distrito de Setúbal. A Água Ardente percorre toda a extensão territorial do nosso país, para a concretização de uma dinâmica que esteja em permanente atuação com ofertas culturais. No ano em celebramos os 50 anos do 25 de Abril, é importante lembrar que celebrar o Teatro é também celebrar a Liberdade. A arte cumpre uma função fundamental para a difusão, consolidação e salvaguarda dos princípios democráticos, enquanto instrumento de reflexão e transformação social. Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Água Ardente - Produções Teatrais e toda a sua equipa por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

**“Saudação  
Aniversário da Associação Baptista Shalom**

A Associação Baptista Shalom tem, desde a sua fundação em 2000, desempenhado um papel determinante para o desenvolvimento social do nosso concelho com intervenção nas áreas da Infância, Juventude, População Idosa e apoio a famílias carenciadas. Através da sua atividade, tem procurado colmatar as lacunas identificadas no domínio das respostas sociais no nosso território, desenvolvendo um trabalho fundamental junto das famílias setubalenses, e em particular junto daqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade, de forma a encontrar soluções que correspondam às suas necessidades. Na sua estrutura “Voar mais Alto” funcionam as valências de Creche e Pré-Escolar, que dão resposta, na sua globalidade, a mais de 150 crianças, e o Serviço de Apoio Domiciliário “Porto Seguro”, o qual surgiu a partir de um acordo de cooperação com a Segurança Social e que tem capacidade para dar resposta a 40 pessoas que, quando por motivo de doença,

deficiência, idade ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das necessidades básicas e/ou atividades da vida diária. No Centro de Atendimento Social funcionam os Serviços de Ação e Apoio Social (RSI e SAS), que se traduzem no desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, de forma a assegurar uma efetiva participação dos mesmos na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, como também de uma maior participação e responsabilização dos atores sociais relevantes, e mais recentemente com a transferência de competências na área social para o Município passou a realizar ação social.

Para além destas respostas, possui refeitório social e cantina social de emergência. Apoia ainda famílias com alimentos cedidos pelo Banco Alimentar e tem parceria do programa POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, recentemente nomeado Pessoas 2030, que passa pela distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade pelos mais vulneráveis.

Dispõe ainda de uma Loja Social que funciona como uma resposta social ao nível da distribuição de roupa, calçado, brinquedos e utensílios domésticos diversos – e a Quinta Shalom – espaço de cultivo onde semanalmente um grupo de voluntários participa em todo o processo desde o semear até à colheita, produzindo produtos posteriormente utilizados nas cozinhas e refeitórios da Associação.

A atuação da Associação Baptista Shalom é vasta e os seus contributos indispensáveis.

Através do trabalho desenvolvido por esta entidade, pelos seus trabalhadores e por todos os intervenientes que colaboram e contribuem para a sua atividade, são apoiadas centenas de indivíduos e famílias, que de outra forma não encontrariam resposta às suas necessidades.

Valorizar o papel de entidades como a Associação Baptista Shalom é reconhecer o seu papel determinante para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida e para o combate à exclusão e pobreza.

Os vereadores eleitos pelo partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Baptista Shalom, direção e trabalhadores das diversas valências por mais um aniversário e pelo trabalho desenvolvido, fazendo votos da continuação do mesmo”.

### **“Saudação Aniversário da Associação Cabo-verdiana de Setúbal**

O movimento associativo desempenha um papel fundamental no combate à exclusão, discriminação e desigualdade, através da sua atividade, seja ela de carácter social, cultural ou desportivo.

A Associação Cabo-verdiana de Setúbal, fundada em 1983, procura desenvolver iniciativas junto da comunidade, constituindo-se enquanto um espaço privilegiado de organização de pertenças culturais, comunitárias e de participação, onde as pessoas são também atores de transformação social, atuando na defesa dos seus interesses e direitos.

Desta forma, esta entidade cumpre uma importante função no contexto da socialização, lazer, participação e educação, contribuindo para um maior envolvimento das populações na vida em comunidade, promovendo o combate à exclusão social e a sensibilização da comunidade da Bela Vista, onde se encontra inserida, para ações dinamizadoras do bairro, estimulando atitudes pró-ativas, mas destaca-se a mais-valia que passa pela articulação com o Consulado de Cabo Verde, apoiando a comunidade na resolução de problemas de regularização e legalização de documentos evitando, muitas vezes, deslocações dispendiosas a Lisboa.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam a Associação Cabo-verdiana de Setúbal, órgãos sociais e associados pelo seu 41º aniversário, bem como pelo trabalho desenvolvido ao longo das últimas 4 décadas, o qual representa um contributo imprescindível para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, da participação, cidadania ativa e inclusão e para a difusão e preservação da herança cultural Cabo-verdiana”.



**“Saudação  
Aniversário do Outdoor Clube de Setúbal**

*O movimento associativo setubalense construído pelas entidades históricas, que no final do século XIX e no início do século XX surgiram no nosso concelho e que acompanharam e moldaram a evolução de Setúbal, é também composto por novas e mais recentes associações, coletividades e clubes, que surgiram e continuam a surgir com a transformação social da nossa sociedade e com o surgimento de novas preocupações, interesses e necessidades.*

*O Outdoor Clube de Setúbal, fundado apenas em 2016, assinalou 8 anos de atividade e de contributos para o desenvolvimento a nível local, com especial preocupação com a ligação entre a prática desportiva e a natureza, procurando valorizar a riqueza natural do nosso território.*

*Assim, juntou-se a inúmeras entidades do movimento associativo setubalense, que procuram, através da sua atividade, contribuir para o desenvolvimento social, cultural e desportivo de Setúbal, oferecendo mais e melhores respostas às necessidades das populações, promovendo a renovação do sentido de dever cívico e de participação, bem como a preservação da identidade, cultura, tradição e património setubalenses.*

*O Outdoor Clube procura, desta forma, promover atividades para todos os amantes da natureza, conjugando as vertentes competitiva, lúdica, ambiental e social através da participação em provas e campeonatos de diferentes modalidades desportivas e da organização de eventos e iniciativas para os seus associados, bem como para a comunidade no geral, como são exemplo o DURATRIL e o Trail Running Trilhos dos Javalis Nocturno.*

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido ao longo destes primeiros e ricos anos de atividade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Outdoor Clube de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual representa o enorme potencial da conjugação da prática desportiva com a preservação do património natural do nosso concelho”.*

**“Saudação  
Aniversário da Academia de Voleibol de Praia**

*A Academia de Voleibol de Praia celebrou, no dia 7 de maio, o seu 10.º aniversário.*

*Ao longo destes 10 anos tem procurado promover a prática desportiva do voleibol, desenvolvendo a sua atividade junto das populações do nosso concelho, apresentando a modalidade à comunidade e oferecendo um espaço onde esta pode ser desenvolvida.*

*A Academia de Voleibol de Praia desenvolve o seu trabalho com base nos valores da União, Resiliência, Integridade, Ambição e Perseverança, tendo como objetivo não só promover e difundir a prática desportiva no território, mas também constituir-se enquanto um parceiro indispensável, com o um papel determinante para o desenvolvimento sociocultural a nível local.*

*Aqueles que integram os seus órgãos sociais, sócios, atletas e equipa técnica partilham uma forte paixão pela modalidade, o que se reflete não só em resultados a nível competitivo, mas também no reconhecimento de que são alvo. Exemplo disto, é a atual Presidente da Direção, Beatriz Soromenho, membro fundador AVP, que foi reconhecida com a distinção Dirigente do Ano pela Câmara Municipal de Setúbal, na Gala do Desporto de 2024.*

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por esta entidade, bem como por todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam a Academia de Voleibol de Praia por mais um aniversário e felicitam os órgãos sociais, sócios, atletas e equipa técnica pelos excelentes resultados obtidos ao longo desta última década”.*

**“Saudação  
Aniversário do Scalipus Clube de Setúbal**

*O desenvolvimento de competências, transversais a diversos aspetos da vida e parte da educação para uma sociedade globalizada, potenciado a nível local principalmente pelo movimento associativo, desempenha uma função fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo ao longo de toda a sua vida.*

*Neste sentido, entidades como o Scalipus Clube de Setúbal têm um papel determinante no desenvolvimento desportivo, cultural, social e educativo.*

*O Scalipus, que celebrou a 23 de abril o seu 49º aniversário, tem desenvolvido uma atividade, primariamente de base formativa, oferecendo à comunidade, e em especial às crianças e jovens do nosso concelho, um espaço e ambiente propícios ao crescimento pessoal e ao desenvolvimento de capacidades e competências no contexto desportivo, com base em valores tão essenciais ao desporto, como à vivência em sociedade, à participação e à cidadania ativa.*

*No âmbito competitivo, o Clube e os seus atletas têm alcançado, ao longo dos anos, diversos objetivos e conquistas, principalmente a nível distrital, mas também nacional, consolidando assim o seu nome no domínio desportivo.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Scalipus Clube de Setúbal, órgãos sociais, sócios, atletas e equipa técnica por mais um aniversário, bem como por todo o trabalho desenvolvido, fazendo votos de continuação do mesmo”.*

**“Saudação  
Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio**

*No ano em celebramos os 50 anos do 25 de Abril, é importante reconhecer o papel determinante do movimento associativo, que verificou um aumento significativo no número de associações, clubes e coletividades a nível nacional após a Revolução dos Cravos, para a promoção da participação dos cidadãos na sua comunidade e para a democratização da sociedade e do acesso à cultura e ao desporto.*

*Assim, o movimento associativo tornou-se num importante e indispensável motor de transformação social, procurando dar resposta às necessidades das populações, envolvendo todos na prossecução do bem-comum.*

*O Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio não foi exceção, tendo sido criado em 1975, com o objetivo de promover a formação desportiva e social das crianças e jovens setubalenses e o acesso à prática desportiva de diversas modalidades, como o atletismo, o ténis de mesa e o futebol.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo 1º de Maio pelo seu 49º aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**“Saudação  
Aniversário do Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas**

*O Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, fundado em 1948, assinalou o seu aniversário, no passado dia 1 de maio.*

*Este ano, o CCDDR Curvas celebra 76 anos de importantes contributos para o desenvolvimento do nosso concelho, em particular a nível desportivo, enquanto um importante agente de mudança e transformação social, com trabalho significativo junto das populações, em especial junto dos mais jovens.*



*Ao longo dos seus muitos anos em atividade, o Clube tem sido um membro ativo do movimento associativo setubalense, desenvolvendo atividade maioritariamente na área do desporto, nomeadamente através da promoção da prática desportiva de futebol, tendo-se tornado a casa onde muitos atletas contactaram com a modalidade pela primeira vez.*

*O movimento associativo em Portugal tem sido fundamental para a construção de uma sociedade mais igual, inclusiva e democrática, transformando-se num espaço comunitário de participação, onde todos contam. As associações, clubes e coletividades de âmbito desportivo têm ainda uma proximidade privilegiada com os mais jovens, desempenhando assim o papel fundamental no seu desenvolvimento integral, algo que transcende as áreas diretas de atuação destas entidades para as diversas áreas da vida do indivíduo.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas, órgãos sociais, sócios, atletas e todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do trabalho”.*

### **“Saudação Aniversário do Club Naval Setubalense**

*O movimento associativo tem desempenhado, desde o seu surgimento, um importante e determinante papel no concelho de Setúbal.*

*A atividade das muitas associações, clubes e coletividades, que procuram dar resposta às populações em diversas áreas, que acompanharam a evolução da cidade e das suas gentes, contribuindo ao mesmo tempo para esta, ganharam espaço na nossa cidade, nos nossos bairros e nas nossas vidas, tornando-se parte da identidade setubalense.*

*Deste movimento, fazem já parte entidades centenárias, como é exemplo o Club Naval Setubalense, que celebrou o seu 104º aniversário no passado dia 6 de maio.*

*O Naval Setubalense, fundado em 1920, constituiu-se enquanto um espaço privilegiado para o primeiro contacto de muitos setubalenses com a prática desportiva em algumas delas em contato estreito com o Rio Sado, com diversas modalidades, tornou-se cedo a casa de inúmeros atletas, que ali encontraram a sua paixão, cresceram e desenvolveram capacidades e competências que os acompanham para vida.*

*Ao longo de 104 marcados por inúmeros marcos, obstáculos, desafios e conquistas, o Naval Setubalense conquistou o seu espaço e foi reconhecido em diversas áreas e modalidades, como a natação, o andebol, a canoagem, o remo, a patinagem artística ou o hóquei em patins.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Club Naval Setubalense, órgãos sociais, sócios, atletas e todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido, que garantiu a consolidação desta entidade, enquanto uma das referências maiores do movimento associativo e do desporto setubalense, fazendo votos para a continuação do mesmo, pois este enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

### **“Saudação Aniversário do Grupo Musical e Desportivo União e Progresso**

*O Grupo Musical e Desportivo União e Progresso tem sido, desde a sua fundação, em 1913, um importante dinamizador cultural e desportivo no nosso concelho, que através dos seus inúmeros contributos para o desenvolvimento de Setúbal e Azeitão, se estabeleceu como uma referência histórica do movimento associativo setubalense.*

*Este ano, celebrou 111 anos de atividade, de contributos e de História, reafirmando o seu compromisso para com as populações e as suas necessidades, partilhando com a comunidade o seu dinamismo histórico e um espaço de todos e para todos.*



*Foram 111 anos de importantes marcos e conquistas, mas também de obstáculos e desafios, que levaram o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso à sua consolidação enquanto uma entidade indispensável para o desenvolvimento social, desportivo e cultural deste território rico em gente criativa, dinâmica e dedicada, com vontade de participar e com um desejo imensurável de contribuir para transformação e evolução da sua comunidade e sociedade.*

*Atualmente, o GMD União e Progresso desenvolve inúmeras iniciativas de âmbito cultural e recreativo e promove a prática desportiva das modalidades de andebol, futsal, ténis de mesa, kickboxing e ginástica, tendo sido reconhecida por diversas entidades ao longo dos anos pelos seus resultados, dedicação, trabalho e boas práticas.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso, órgãos sociais, associados, equipas técnicas e atletas por mais um aniversário, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido ao longo dos seus muitos anos em atividade, que lhe mereceram a relevância atribuída pelo restante movimento associativo e entidades, bem como pela população”.*

### **“Saudação Aniversário da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

*No dia 23 de abril, a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense celebrou o seu 142.º aniversário.*

*Enquanto uma das maiores referências do movimento associativo setubalense, a SF Perpétua Azeitonense, fundada em 1882, tem uma História rica e uma existência construída sobre valores profundos e inabaláveis, que permitiram a manutenção da sua atividade durante 142 anos, os quais foram marcados por transformações profundas na nossa sociedade e no mundo, tanto a nível social, como político, económico e cultural.*

*Contudo, a SF Perpétua Azeitonense perdurou além destas mudanças, evoluindo com os tempos, adaptando-se e continuando servir as populações, através do trabalho desenvolvido em prol da comunidade, num verdadeiro ato de voluntarismo e cidadania.*

*Atualmente, as atividades e iniciativas que dinamiza dão resposta às necessidades, preocupações e interesses atuais, existindo sempre a preocupação de procurar dar mais e melhores respostas aos seus associados e à comunidade em geral, mas também de difundir e preservar as tradições e o património cultural do nosso concelho.*

*Neste sentido, e reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento sociocultural a nível local, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que no dia em que celebravam o dia da Segurança Social, fez uma referência a todos os trabalhadores, daquela instituição, que com o seu trabalho e dedicação densificavam todos os dias o papel daquele pilar maior da nossa democracia e do nosso Estado de Direito.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 284/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DAF/DICONT/SERGE P – Hasta pública para alienação de 7 lotes de terreno, sitos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 31.



**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que como estava expresso na proposta, houve uma deliberação relativamente à alienação em setembro de 2023, e a hasta pública acabou por ficar deserta.

O que estava em causa era uma clarificação de questões que poderiam não ter ficado expressas de forma estendível no procedimento anterior, e, portanto, as alterações apresentadas eram no programa e condições de hasta pública, no artigo 1.º, ponto 9, clarificava-se que ao valor da obra a realizar era acrescido a taxa de IVA, e no artigo 14.º ponto 1.º, nas condições de pagamento, que também não estavam expressas no procedimento anterior, do pagamento do remanescente que não era utilizado nas obras, e que o mesmo aconteceria até à emissão do título ou num prazo de 90 dias, naquele que fosse o prazo inferior, a emissão do título da aceitação da comunicação prévia.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Pensava que não estava enganado ao afirmar que o que tinha desencadeado todo aquele processo foi o facto de haver alguém interessado em desenvolver aquela intervenção, aquela construção, e havendo esse interessado a hasta pública permitiria que aparecessem outros.

Por aquilo que entendeu da explicação da senhora Vereadora Rita Carvalho, a hasta pública ficou deserta porque seria necessário fazer aquela clarificação, naqueles pontos.

Perguntou se o interesse de quem estaria disponível para avançar com aquele procedimento e para ir à hasta pública licitar aqueles lotes se mantinha, ou esse interesse deixou de existir.

**Sr. Presidente** – Disse que a informação que tinham era que se mantinha. Havia, de facto, aquelas questões que era necessário clarificar.

Realçou que era uma iniciativa que esperava que viesse a ter bons resultados no mercado. Era uma iniciativa que tinha a possibilidade de colocar no mercado 168 novos fogos a custos controlados, custos acessíveis. Era muito importante no sentido de estarem a dotar o nosso Concelho, o nosso território, por iniciativa municipal da possibilidade de por no mercado, a preços acessíveis, a custos controlados, 168 novos fogos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **2. Deliberação n.º 285/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com área de 18,20m<sup>2</sup>, sita em Rua B do Bairro João Ferreira, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **3. Deliberação n.º 286/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Prorrogação de prazo para construção no lote n.º 208, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 287/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 427,67 m<sup>2</sup>, sita na Praceta Fernando Alcobia, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Questionou qual seria o destino que se pretendia dar àquele prédio, após a desafetação e unificação. Se o Município pretendia construir habitação, se pretendia alienar o terreno, ou se pretendia manter o estacionamento, tal como presentemente estava ou se se tratava apenas de uma regularização do ponto de vista predial.

**Sr. Presidente** – Disse que aquele prédio tinha uma capacidade construtiva e havendo a necessidade de construção de habitação em Setúbal, o objetivo seria para a construção de habitação. Com o objetivo de alienar, para os fins que o Plano Diretor Municipal determinava para aquela zona.

No fundo fechar aquele arruamento que estava ali e que presentemente servia de parque de estacionamento. Era muito mais importante terem a construção de habitação, achava que era misto, comércio e habitação, e seria esse o objetivo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 288/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 39.

**Sr. Presidente** – Disse que também já conheciam aquela proposta, já tinha ido à Câmara Municipal, já tinha estado em hasta pública e também tinha ficado deserta. Consideraram que deviam voltar a colocar em hasta pública aquele espaço.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

**6. Deliberação n.º 289/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2024, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da lei geral do trabalho em funções públicas (LTFP),**



**aprovada em anexo à lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 290/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 20/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes e Floreiras da Av. Luísa Todi, Parque Urbano de Albarquel e Jardim Eng. Luis Fonseca**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 291/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro aos agrupamentos de escolas para a participação na 12.ª edição do Festival de Música de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 292/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DOM – AD 16/2023/DOM – Empreitada “Centro Escolar Barbosa du Bocage” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

**Sr. Presidente** – Salientou uma questão muito importante para a comunidade setubalense, que era a possibilidade da construção daquele Centro Escolar Barbosa du Bocage, e que tinha como objetivo acabar com as escolas de regime duplo na cidade de Setúbal. Era um objetivo fundamental para a qualidade do ensino na cidade de Setúbal. Era um esforço financeiro que a Câmara estava a fazer, aproveitando financiamento comunitário, mas tinham esse objetivo que vinham a perseguir a algum tempo, com a construção daquele centro escolar atingiam esse objetivo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**10. Deliberação n.º 293/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DOM – AD 17/2023/DOM – Empreitada “Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49.

**Sr. Presidente** – Salientou que aquela proposta significava mais um passo, muito significativo, da Câmara Municipal, no cumprimento do protocolo que estabeleciam com o Ministério da Saúde, para a construção de 3 centros de Saúde em Setúbal.

Não era competência das autarquias a construção dos centros de saúde, era uma competência do Governo, naquele caso do anterior, atualmente já tinham outro, mas era uma competência do Governo.

O protocolo tinha sido estabelecido, construíram o Centro de Saúde de Azeitão, que infelizmente não dava a resposta que era desejável e necessária, por razões conhecidas, a falta de meios humanos para dar resposta às necessidades das populações, mas a Câmara Municipal desenvolveu todos os procedimentos, e financiamento da construção do Centro de Saúde de Azeitão, sendo que a Câmara Municipal tinha a haver um milhão e quatrocentos mil euros que ainda não foram pagos pela Administração, pelo Governo. Naturalmente que, um milhão e quatrocentos mil euros de investimento da Câmara Municipal, para além de todo o outro investimento, que a Câmara Municipal fez naquele processo, desde logo com a cedência do terreno, com a elaboração dos projetos, etc., mas a Câmara Municipal investiu, por sua conta um milhão e quatrocentos mil euros.

Esperavam que o atual Governo cumprisse aquilo que o anterior não fez, que era de pagar a dívida que tinha à Câmara Municipal de Setúbal de um milhão e quatrocentos mil euros.

Iam lançar aquela obra do segundo Centro de Saúde na Bela Vista, para criar condições para que a população de Setúbal, designadamente, de uma parte significativa da Freguesia de São Sebastião, tivesse acesso a cuidados de saúde, que presentemente não tinha.

Disse que estavam a desenvolver os projetos para a construção do Centro de Saúde, conhecido pelo Bairro de Liceu, que também a Câmara Municipal cedeu o terreno, desde há muitos anos, e tinham finalmente recebido luz verde da extinta Administração Regional de Saúde, para avançar com o projeto no âmbito do quadro de referência que lhes tinha sido dado para a construção desse Centro de Saúde.

Disse que os senhores Vereadores do Partido Socialista consideravam que aquilo era propaganda, mas aquela propaganda tinha custos muito significativos, para a Câmara Municipal, e para a população de Setúbal e Azeitão, que era verdade, os governos do Partido Socialista não souberam dar a resposta devida àquilo que eram as necessidades, e a obrigação dos governos do Partido Socialista de terem cumprido aquilo a que se comprometeram.

A Câmara municipal assumiu a responsabilidade daquela parceria com o Governo na construção daqueles centros de saúde, que não era da sua competência, porque entendiam que o funcionamento do Hospital só poderia correr melhor se, pelo menos, aqueles 3 centros de saúde estivessem a funcionar.

Era esse o entendimento que tinham e era por isso que se envolveram naquele compromisso de construir aqueles 3 centros de saúde. Entendiam que se pelo menos aqueles 3 centros de saúde não fossem construídos, aquela obra do Hospital não resolvia o problema maior que a população de Setúbal tinha.

Era aquela a avaliação e entendimento que tinham, e por isso estavam empenhados e comprometidos em cumprir aquilo que eram os nossos compromissos, esperavam que o atual Governo cumprisse aquilo que o anterior não tinha sido capaz de cumprir, que era de dotar, naquele caso, o Centro de Saúde de Azeitão, com os recursos humanos para servir as populações, sendo que as instalações estavam disponíveis, e com capacidade para servir as populações.



Por isso é que dizia que aquela proposta era muito importante e era fundamental, para o bem-estar e qualidade de vida, e naquele caso, a saúde das populações.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 294/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado – Organização de eventos, “Marcha dos 3 Castelos” e “Setúbal Spinning 3h”**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 50 e 51.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Propôs a apresentação das propostas em 3 “lotes”. Um primeiro que dizia respeito aos apoios financeiros, um segundo que dizia respeito aos protocolos e um terceiro que dizia respeito a doações.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que concordavam, mas havia duas votações, que pedia escusa, por ser parte interessada, propostas de deliberação 300/2024 e 302/2024. Era Presidente da Assembleia Geral do Coral Luísa Todi e era Presidente da mesa da Assembleia Geral da Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que ficava registado.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que concordavam com a proposta apresentada.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 294/2024 até à proposta de deliberação 298/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 299/2024 até à proposta de deliberação 306/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 307/2024 até à proposta de deliberação 309/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 295/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DCDJ/DIDES – Clube Patinagem do Sado – Apoio financeiro para participação no Campeonato da Europa de Show e Precisão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 52 e 53 (ver ponto 11).

**13. Deliberação n.º 296/2024 – Proposta n.º 69/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 46º Festival Nacional e 3.º Internacional de Folclore de Setúbal, Rancho Folclórico Praias do Sado**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 54 e 55 (ver ponto 11).



**14. Deliberação n.º 297/2024 – Proposta n.º 70/2024 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 56 e 57 (ver ponto 11).

**15. Deliberação n.º 298/2024 – Proposta n.º 71/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Coral Alentejano “Os Amigos do Independente” pela participação no XVII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 58 e 59 (ver ponto 11).

**16. Deliberação n.º 299/2024 – Proposta n.º 72/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre CMS e Associação Cinematográfica 50 CUTS**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 60 a 62 (ver ponto 11).

**17. Deliberação n.º 300/2024 – Proposta n.º 73/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 a 65 (ver ponto 11).

**18. Deliberação n.º 301/2024 – Proposta n.º 74/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 66 a 68 (ver ponto 11).

**19. Deliberação n.º 302/2024 – Proposta n.º 75/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 69 a 71 (ver ponto 11).

**20. Deliberação n.º 303/2024 – Proposta n.º 76/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 72 a 74 (ver ponto 11).

**21. Deliberação n.º 304/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Minuto Apressado Associação Cultural - 2024**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 a 77 (ver ponto 11).

**22. Deliberação n.º 305/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 78 a 84 (ver ponto 11).

**23. Deliberação n.º 306/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadiños”**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 85 a 89 (ver ponto 11).

**24. Deliberação n.º 307/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de duas obras de arte (pintura) ao Município – Museus Municipais**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 11).

**25. Deliberação n.º 308/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de obras de arte ao Município – Museus Municipais**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 11).

**26. Deliberação n.º 309/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DCDJ/DICUL – Doação de 125 peças de bens patrimoniais ao Município – Museus Municipais**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 11).



**27. Deliberação n.º 310/2024 – Proposta n.º 93/2024 – DURB – Alteração à Comissão de Vistorias**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93.

**Sr. Vereador Fernando José** – Propôs a votação em bloco, exceto a última proposta. Se estivessem de acordo votariam da 310/2024 a 318/2024, sendo que a 319/2024 seria apresentada para haver discussão sobre a própria.

**Sr. Presidente** – Questionou a bancada do PSD e a senhora Vereadora Rita Carvalho sobre a proposta apresentada pelo senhor Vereador Fernando José, que estiveram de acordo.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 310/2024 até à proposta de deliberação 318/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 311/2024 – Proposta n.º 94/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas relativas a obras de construção de um Pólo Operacional - Processo n.º 98/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 27).

**29. Deliberação n.º 312/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por “pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes”- Processo n.º 138/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 27).

**30. Deliberação n.º 313/2024 – Proposta n.º 96/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração e ampliação - Processo n.º 89/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 27).

**31. Deliberação n.º 314/2024 – Proposta n.º 97/2024 – DURB/GAPRU – Legalização de alterações introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 119/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 27).

**32. Deliberação n.º 315/2024 – Proposta n.º 98/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 309/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 27).

**33. Deliberação n.º 316/2024 – Proposta n.º 99/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 23/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 e 100 (ver ponto 27).

**34. Deliberação n.º 317/2024 – Proposta n.º 100/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística - Processo n.º 46/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 101 a 102 (ver ponto 27).

**35. Deliberação n.º 318/2024 – Proposta n.º 101/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de contrato de concessão a celebrar com a DGRM para efeitos de atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 103 a 104 (ver ponto 27).

**36. Deliberação n.º 319/2024 – Proposta n.º 102/2024 – DURB/GAPGPA – Atribuição de Título de Recursos Hídricos para gestão e exploração do parque de estacionamento da Praia da Figueirinha**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 105 a 110.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que ia dar um esclarecimento adicional. Aquele parque de estacionamento com 240 lugares era, nos últimos anos, gerido pela autarquia, pelo Município, no entanto, isso implicava todos os anos a contratação de uma prestação de serviços referente a várias questões, nomeadamente, a reparação e a fricção das máquinas, a gestão do parque, um recurso humano para fazer a cobrança dos títulos, a reparação dos equipamentos, a montagem e a desmontagem desses mesmos equipamentos. O que ali estava em causa era a atribuição de uma licença anual, sendo que essa licença garantia todos aqueles serviços e seria feita uma compensação de 40% das receitas para o Município.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquele esclarecimento da senhora Vereadora Rita Carvalho elucidava algumas das questões que pretendiam colocar. Quando falavam em colocação de máquinas, perguntou se falavam das cancelas e da máquina de pagamento. Pelo que se recordava as cancelas que foram adquiridas pelo Município, naquele momento já existiam naquilo que era o ativo do Município, seria apenas, por aquilo que percebeu, o custo da colocação e da fricção das máquinas.



Questionou se esses custos em que o Município incorreu nos últimos anos, ao fazer a gestão daquele espaço por administração direta, correspondiam a 60% da receita. Falavam de parques permanentemente lotados, ou quase permanentemente lotados, que tinham muita procura, e falavam de um espaço que, pela sua delimitação física, a gestão parecia ser relativamente simples.

Na maior parte dos lugares o acesso e a retirada das viaturas era feita com uma cancela, retirando um ticket que depois tinha que ser pago para a viatura poder sair, e nos restantes lugares, apesar de ser necessário um controlo, porque eram lugares de estacionamento reservado, quer para viaturas municipais, quer também para os concessionários e para outras entidades, apesar de aí ser necessário haver um controle diferente, mais regular, mais assertivo, a gestão parecia ser relativamente simples, dada a exiguidade do espaço.

Questionou qual era o custo, enquanto percentagem da receita, em média nos últimos anos, de todos aqueles serviços que a Vereadora Rita Carvalho teve oportunidade de mencionar.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que o que estava em causa quando se falava de equipamento, era o equipamento referente ao pagamento, as máquinas eram deles e todos os anos mereciam uma fricção e uma adaptação e, portanto, era esse o equipamento quando falavam na colocação, na retirada e naquela fricção prévia antes da entrada em funcionamento, e os custos correspondiam àquela percentagem, ou seja, gastavam em anos anteriores o correspondente a 60% daquilo que era o valor da receita.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que também tinha algumas questões a colocar.

Em relação àquela proposta, em relação àquilo que estava escrito, entendia-se que era o primeiro ano que iria ser concessionado a um terceiro que não a exploração direta da Câmara Municipal.

Do que conseguiu ver dos documentos juntos, foi feita uma consulta, ou seja, não foi publicitada, e tinha algumas dúvidas sobre ser aquela empresa ou de ser outra. Havia princípios de concorrência em que deviam colocar todos os que eram os atores ou os agentes económicos, relativamente a uma determinada atividade, em pé de igualdade.

No fundo, do que percebeu, é que foram consultadas três empresas e apenas uma é que teria respondido cabalmente aquilo que lhe era pedido.

Disse que sinceramente naquelas coisas, talvez fosse um defeito seu, ou a sua costela mais à esquerda, mas naquelas coisas preferia que houvesse uma exploração pela Câmara Municipal.

Como bem disse o Vereador Carlos Rabaçal, que era uma pessoa atenta àquelas coisas, quando ponderaram a questão dos Serviços Municipalizados, fazer a exploração direta, ou ser uma empresa municipal, estavam sempre a falar da mesma solução, mas com uma fórmula jurídica diferente, e, ali, questionava o mesmo, de facto havia uma pergunta que já tinha sido feita, não seria prestado um melhor serviço se fosse a Câmara Municipal a fazê-lo diretamente, inclusive tendo até mais receita do que só os 40% líquidos de IVA?

Achava que isso deveria ser ponderado. Não tinham nada contra a atividade privada, apesar daquele seu aparte sobre a costela mais à esquerda, mas a questão era que em termos concursais, deveria ter sido consultado mais entidades. Sabia que também não havia muitas em Portugal, com capacidade para fazer aquilo em termos de estar presente em vários municípios, mas pensava que aquilo era um bocadinho “coxo”.

Não sabia se ainda havia tempo de retirar e ver melhor aquilo, se poderia eventualmente até ser feita uma consulta a mais entidades, se até poderia ser ponderado se a própria Câmara não queria fazer essa exploração diretamente, compreendia que a Câmara não se dedicava àquelas coisas, não era a sua atividade principal, mas talvez pudesse ser um bom princípio para quando revertissem o estacionamento tarifado em Setúbal, poderia ser uma experiência piloto para esse efeito.

**Sr. Presidente** – Disse que aquela tinha sido mesmo à esquerda.



**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que lendo a cartilha da Social Democracia: *“tu não estás longe da Social Democracia, podes estar descansado”*.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não estava em causa uma concessão, era uma atribuição de um título de recursos hídricos pelo período de um ano, nos termos da legislação podia ser feito até por ajuste direto em períodos inferiores a um ano.

A Câmara com a preocupação de sujeitar à concorrência, os serviços fizeram consultas às 3 empresas que nos últimos anos trabalharam com eles, na gestão daquele parque. Nunca foi feita a gestão pelos recursos internos da Câmara, o que implicava todos os anos, era fazerem prestações de serviços para uma empresa gerir.

Adicionalmente a Câmara abriu um concurso para fiscais municipais, entre outros, mas para fiscais municipais na perspetiva de acrescer os recursos humanos da própria divisão de fiscalização e, com essa preocupação do estacionamento e de monitorização das questões de estacionamento e, a participação dos concorrentes não foi em número significativo para dar resposta àquilo que seriam as nossas necessidades.

**Sr. Presidente** – Disse ser outro problema com que as autarquias se confrontavam que era a contratação de determinado tipo de profissionais, que por força do rendimento ou dos salários, não eram interessantes.

Eram necessidades que as câmaras municipais tinham, naquele domínio e noutros, mas tinham grandes dificuldades.

A única forma de resolver isso, ou de ultrapassar aquela situação, era proceder daquela forma, no sentido de o serviço ser realizado com garantias de bons resultados.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções do PS e PPD/PSD.

### C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Sra. Ana** – Disse que a Associação Direito ao Descanso de Setúbal, graças à sua primeira intervenção na reunião de Câmara de 8 de novembro de 2023, a Câmara desse início à elaboração de um novo regulamento municipal de ruído, à fase preparatória do qual participaram com múltiplas sugestões e comentários, amplamente documentados na base da lei do ruído, e dos regulamentos municipais já existentes em outras cidades, isso no decorrer do mês de dezembro, do mês de janeiro e finalmente, com 20 páginas de propostas concretas, enviadas em início de fevereiro.

Apesar dos 6 meses já decorridos, mais até se tomarem em conta o que disse a senhora Vereadora Rita Carvalho, no dia 8 de novembro, que o projeto do novo regulamento já estava em curso, a essa data, continuavam impacientemente à espera da apresentação do novo regulamento em reunião de Câmara, sem entender, o porquê de tanto tempo necessário, quando disponibilizaram vários exemplos de regulamentos para servir de base de trabalho, e que não se tratava, de inventar de raiz um novo regulamento, mas sim de se inspirar do trabalho, na maioria já feito, por outras cidades mais avançadas.

Como era possível que, naquelas circunstâncias, em que claramente esse projeto tem sofrido de uma organização e de um planeamento muito deficiente, a senhora Vereadora Carla Guerreiro tivesse anunciado no dia 17 de abril que esperava manter o prazo de fim de junho para aprovação final em Assembleia Municipal.

Por que essa persistente ilusão? Tal como fez o senhor Vereador do Partido Socialista, no dia 17, também fizeram as contas, também alinharam, uma atrás da outra as etapas de procedimento que lhes tinha sido apresentado por alto, e que nem sempre entenderam, e também chegaram à conclusão, que tal não era matematicamente possível, na melhor das hipóteses no último trimestre de 2024, na melhor das hipóteses, se não pensarem em prováveis interrupções de férias, expectáveis tempos burocráticos, etapas não contempladas



que poderiam surgir, como foi, pelos vistos, o caso até àquele momento, outras perturbações imprevistas, etc.

Num email enviado a 20 de abril, partilharam a visão deles, do faseamento com a equipa encarregada do projeto, com o âmbito de tentar entender o mecanismo do Simplex, anunciado pela senhora Vice-Presidente como “a solução” a tal desafio temporal, email que ficou sem resposta até à data.

Os cidadãos que eram, e que representavam, mereciam ser informados de maneira clara e transparente de quando poderiam, enfim, descansar e dormir em paz, após anos sem respostas nem soluções da parte municipalidade ao problema do ruído noturno.

O silêncio do executivo camarário chocava-os sabendo que era da responsabilidade da Câmara proteger a saúde e o bem-estar da população, e que a Câmara não se cansava de sublinhar quanto valorizava o diálogo com os munícipes.

A situação da noite setubalense não evoluiu desde o início do nosso diálogo e tudo levava a crer que sem intervenção firme, clara, e repetida, da vossa parte o verão iria ser um novo inferno, onde o pior era de recear. Receberam queixas de maior conflitualidade latente dentro da população, e até ameaças explícitas, da parte de alguns estabelecimentos, quando cidadãos desesperados tentavam um diálogo a reclamar respeito da lei do ruído. Já não tinham nem tempo, nem saúde para aceitar docilmente, um novo verão sem dormir com paciência e fatalismo.

Nesse contexto, decidiram ir ali obter as respostas que se recusaram a dar-lhes.

Dirigiu-se à senhora Vice-Presidente e disse que ia insistir mais uma vez, baseado no faseamento que lhes submeteram no email, perguntou quais eram as etapas, e quais os prazos realistas para que Setúbal tivesse um regulamento do ruído eficiente e decente, e, de que maneira, concretamente, e detalhadamente o mecanismo do Simplex, que a senhora Vice-Presidente mencionou, 15 dias antes, poderia ajudar a diminuir os prazos que imaginavam tão assustadores.

Dirigiu-se à senhora Vereadora Rita Carvalho e perguntou, em função do contexto, cada vez mais extenso que lhes apresentaram, e em função de como a situação evoluiu, quais eram as medidas provisórias que a Câmara contava e se comprometia a tomar para evitar um novo verão de sofrimento intolerável à população e aos nossos visitantes, mais especificamente que medidas em direção dos estabelecimentos, que não cumpriam a lei, que pisavam conscientemente o direito ao descanso, apesar do conhecimento que agora forçosamente tinham do processo em curso, que medidas em direção do público da noite setubalense, que na grande maioria não tinha perceção de participar a uma violação da lei.

Reafirmaram o compromisso e a determinação em continuar a trabalhar incansavelmente para o descanso e o bem-estar de Setúbal. Iam estar particularmente atentos e vigilantes, ao que se passava no terreno, cada fim de semana, e fazer tudo o que estava no poder deles para proteger os concidadãos.

Esperavam que tal também fosse o âmbito e o compromisso do executivo camarário, apesar de não ter demonstrado, até ao momento, com a firmeza, a energia e a celeridade, que aquele tema merecia.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que já tinha tido oportunidade de falar com a senhora Ana algumas vezes diretamente, e já tinham trocado correspondência. Efetivamente tinha sido enviado um email no dia 20, que iria ter resposta. Os e-mails e as comunicações tinham sempre que ir para os serviços, os serviços tinham sempre que informar e iriam proceder à resposta.

Na passada reunião de Câmara trouxeram o início do procedimento, relativamente à revisão do regulamento, aquilo que podia dizer era que esse prazo terminava no dia 27 de maio, portanto, estavam em condições de trazer a primeira proposta de projeto de regulamento. Os senhores já tinham tido conhecimento de uma proposta inicial, tinha-lhes sido pedido contributos, foram enviados contributos para a Câmara, o grupo de trabalho estava a terminar essa proposta e viria brevemente a Câmara Municipal.



Contavam poder ter aquele assunto resolvido na Assembleia de junho, conforme falaram, iam tentar que isso fosse possível, efetivamente, passaria ainda por um período de discussão pública, mas não queria dizer que se tivesse que arrastar até ao último trimestre de 2024. De qualquer maneira, tinham um regulamento que estava em vigor, o regulamento nunca deixou de estar em vigor, e tinham uma lei habilitante, portanto, não existia nenhum vazio. Aquilo que faziam era no sentido de melhorar o regulamento e de corresponder às várias vertentes para a qual esse regulamento se inseria. Uma das vertentes tinha a ver com aquilo que a senhora Ana falava, mas o regulamento era muito mais abrangente do que isso, referia-se a todo o ruído que existia no concelho e, por isso, para além da vossa associação, existiam outros intervenientes interessados, também, nesse processo e era isso que tinham que fazer, era dialogar com todos esses intervenientes, e por isso, o processo tornava-se um pouco mais moroso. Já tinha dado essa explicação, na última reunião de Câmara também deram essa explicação, e era esse o processo que estava em curso, mas não existia nenhum vazio, a lei que existia era para cumprir e todos tinham que pugnar pelo cumprimento da lei.

**Sra. Ana** – Disse que estavam muito felizes por saber que a lei tinha que ser cumprida, o problema era que nunca tinha sido cumprida. Como é que conseguiam explicar a impunidade total de todos os bares da zona ribeirinha? Portas e janelas abertas, musicas até às 4, 5, 6 horas da manhã, sem qualquer cuidado, sem qualquer atenção. Como é que conseguiam explicar a agressividade em relação aos cidadãos que iam protestar e que iam pedir para que baixassem a musica?  
Impunidade, não havia outra palavra se não impunidade.  
Qual era o papel da Câmara?

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que essa era uma opinião que a senhora Ana já tinha expressado ali várias vezes, já tinha expressado, também, nas reuniões que tiveram, mas como já lhe disse existiam inúmeros intervenientes naquele processo, e existiam inúmeros intervenientes com várias opiniões nesse processo. Registavam a opinião da senhora Ana, seria tida em conta no processo que estava em curso.

**Sra. Ana** – Disse que era necessário ir ali demonstrar o que era o barulho da noite setubalense, não hesitariam em demonstrar.

**Sr. Presidente** – Disse que a senhora Ana fez a sua intervenção, a senhora Vice-Presidente respondeu, havia regras de funcionamento, poderia gostar, poderia não gostar, mas era como funcionava, por isso a sua intervenção estava terminada. Existia um regulamento, existia legislação, a Câmara Municipal atuava em função também do que a lei lhe competia, atribuía-lhe como responsabilidade. Havia situações que eram casos de polícia. Dizer que cabia à Câmara Municipal, exclusivamente, uma intervenção nesse domínio, naturalmente que, era preciso esclarecer, como a senhora Vice-Presidente referiu, existiam várias entidades que tinham de intervir e que tinham responsabilidades e competências para intervir naquele processo. Sabiam que havia uma tendência geral, de que acontecia alguma coisa e a Câmara Municipal, aquela, ou qualquer outra, tinha responsabilidades, nem sempre era assim. O que acontecia era que normalmente as autarquias estavam atentas, contribuíam, intervinham, no sentido de resolver os problemas. Naquele caso concreto, por exemplo, algumas referências que a senhora fez, eram competências da polícia, não eram competências da Câmara Municipal. Quis deixar claro para que não ficasse a ideia de que a Câmara Municipal não intervinha. A Câmara Municipal, tanto no presente como no passado interveio, no âmbito das suas competências, e agora, como estava provado e a senhora acabou por dizer, que a Câmara Municipal correspondia a um movimento de populares, que vieram chamar à atenção para

situações que precisavam de aperfeiçoamento do regulamento, no sentido de que determinadas situações fossem melhor controladas.

A Câmara Municipal dava resposta a isso, naturalmente que cada um tinha a sua opinião sobre como intervinha, mais célere, menos célere, também como a senhora Vice-Presidente disse havia procedimentos, cumpriam também o que a lei lhes estabelecia, cumpriam os prazos, etc., ouviam as pessoas.

Quando o processo estivesse concluído eram obrigados a fazer uma consulta pública, era da lei, eram 30 dias.

Naturalmente, que as pessoas eram livres de ter a sua opinião e, sobretudo, também, reconhecia que aqueles que sentiam diretamente os efeitos das situações estavam mais sensíveis e mais preocupados e, por isso, compreendia a intervenção da senhora Ana, mas era necessário clarificar que, naqueles como noutros domínios, não eram só as câmaras municipais que eram responsáveis por tudo o que acontecia, havia outras entidades e no caso concreto, existiam outras entidades que quando eram chamadas deviam intervir, até porque, havia determinadas matérias que eram da sua exclusiva competência.

**Sra. Ana** – Agradeceu os esclarecimentos do senhor Presidente e disse que não ia fazer polémica ali, mas sabiam todos quais eram as boas respostas.

**Sr. Presidente** – Disse que como já tinha dito a senhora tinha feito uma intervenção e as regras eram iguais para todos.

**Sra. Ana** – Disse que tinha feito uma pergunta à senhora Vereadora Rita Carvalho e que não tinha tido resposta.

**Sr. Presidente** – Disse que a senhora Vice-Presidente já tinha dado resposta substantiva relativamente ao que estava em causa, a todas as questões. As questões que a senhora colocou ficavam registadas em ata. O que era muito importante, e que ficasse claro, era que a Câmara Municipal respondeu a um movimento de população que veio chamar à atenção para determinadas situações.

A Câmara municipal avaliou e colaborava com essas questões que foram colocadas, no sentido de procurar ir de encontro às questões que eram colocadas.

Pensava que se tinha de reconhecer essa disponibilidade e empenho da Câmara Municipal, para atingir esse objetivo. Se as pessoas achavam que deveria ser mais rápido, todos tinham a sua opinião e tinham direito a ela.

A senhora ir ali expressar a sua opinião fez aquilo que estava no seu direito, e eles que ali estavam e competia-lhes ouvir aquilo que tinha a dizer.

Agradeceu a participação e disse irem continuar a colaborar no sentido de atingir os objetivos e ultrapassar as questões que o Movimento Popular colocou à Câmara Municipal, era nisso que trabalhavam.

**Sra. Mafalda** – Disse que em 2 anos teve várias tentativas falhadas, para tentar falar com o senhor Vereador Rabaçal, naquele momento, estava na rua com quatro crianças, duas eram bebés.

Estava inscrita, era vítima de violência doméstica e os seus filhos também. Precisava de uma casa, e não lhe dissessem que não havia, porque existiam casas. Estava na posição 44.º, naquele momento estava na 34.º, desde janeiro até àquele momento foram dadas casas.

Existiam casas sem conhecimento do senhor Presidente e da Câmara, que estavam fechadas e eram usadas para estender roupa, porque eram casas para passar férias.

Quando falou com a funcionária da habitação, tinha-lhe dito que sabia de algumas moradas e foi-lhe dito que não podia passar à frente dos outros.

A CPCJ estava atrás dela e queriam-lhe tirar os filhos.



Dormia na porta da Segurança Social, com 4 crianças. Precisava de uma casa, recebia o ordenado mínimo, sempre tinha trabalho, o seu pai trabalhou na Câmara e tinha-lhe sido tirada a sua casa.

O senhor Vereador Carlos Rabaçal não aceitou o seu estatuto de vítima de violência doméstica, não quis ouvir o seu advogado, reuniu provas de que foi vítima de burla, porque lhe roubaram tudo o que tinha na sua casa, falsificaram o contrato, e o Vereador Rabaçal e a Dra. Raquel, tinham-lhe tirado uma casa.

Precisava de uma casa, não podia ficar sem os seus filhos, precisava de uma casa que conseguisse pagar, mesmo que estivesse partida, arranjava-a devagarinho.

Estava há 2 anos à espera que o Vereador Rabaçal lhe dissesse que a podia atender, a qualquer momento poderia ficar sem os seus filhos.

Pedia uma casa, fosse onde fosse, de tipologia que fosse, aceitava qualquer coisa para não estar a dormir na rua com os seus filhos. Era trabalhadora, só não tinha condições de arrendar uma casa, porque as rendas não eram acessíveis, e pedia 3 ou 4 ordenados mínimos, e não tinha condições para isso.

Pediu ao senhor Presidente que zelasse por ela porque não tinha onde ficar.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que agradecia que se desligasse a transmissão, porque tinha que dizer coisas que não deveriam ser transmitidas.

**Sra. Mafalda** – Perguntou porque é que não podiam ser transmitidas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Perguntou se queria que fosse transmitido.

**Sra. Mafalda** – Pediu desculpa e disse que iria respeitar.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era por causa da senhora, se calhar era melhor não transmitir, era só isso que estava a dizer.

**Sr. Presidente** – Disse que a vida das pessoas já era suficientemente complicada para, por vezes, estarem a falar em público de situações que não tinham que ser faladas em público. Sugeriu que a senhora no final da reunião falasse com o senhor Vereador, no sentido de encontrarem um caminho para uma situação que pudessem dar resposta.

Ali estava outro exemplo de que quando era necessária uma casa todas as pessoas se dirigia à Câmara Municipal, quantas entidades no país tinham responsabilidades sobre aquele assunto?

A Câmara Municipal tinha responsabilidades sociais, tinha o seu papel e desempenhava-o, agora, quando sabiam que existia 3.000 pedidos de habitação e que havia um escalonamento e que havia um conjunto de pessoas, pela situação que tinham, que andavam nos primeiros 30,40,50 casos, mas primeiro que chegasse ao dia em que tivessem uma casa disponível, naturalmente, que era muito complicado, e a vida das pessoas estava dependente daquelas situações.

Mas não era apenas a Câmara Municipal que tinha responsabilidade sobre aquela situação, não valia a pena estar a falar de nomes, todos sabiam existirem entidades que tinham responsabilidades e competências para encontrar soluções, não era só a Câmara Municipal. Era importante dizer isso para que não ficassem dúvidas nenhuma sobre isso.

Pediu para que no final da reunião falasse com o senhor Vereador, e tentar encontrar uma solução dentro daquilo que eram as possibilidades.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não era seu hábito intervir no período do público, independentemente das questões que a munícipe trazia e que o senhor Vereador Carlos Rabaçal explicou, de facto, viviam uma situação dramática, e não era só em Setúbal era por todo o país, e a verdade era que: *“quem não erra que atire a primeira pedra”*, achava que no âmbito da transferência de competências, em matéria da ação social que tinha sido feita para

a Câmara Municipal talvez valesse a pena aquela munícipe fazer um atendimento de acompanhamento social, até porque a portaria 103/2021, eventualmente poderia encontrar alguma solução temporária, até se encontrar uma solução de habitação mais estruturada.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que o senhor Vereador Pedro Pina deu indicação que esse acompanhamento já tinha sido feito, não tinha conhecimento e, portanto, quis deixar essa sugestão, se estava a coberto ficava sem efeito a sugestão.

**Sr. Presidente** – Disse que normalmente, não dizia sempre porque sabiam que todos falhavam, e as organizações por vezes também tinham as suas falhas, portanto, não dizia sempre, mas normalmente, quando existiam situações, os serviços da Câmara Municipal, ou de um lado, ou do outro, acompanhavam os processos.

O que era lamentável, era que houvesse entidades que tinham igualmente responsabilidade e não as assumissem. Que tinham dificuldades, não tinha dúvidas nenhuma, todos sabiam que na administração, de uma maneira geral, todos tinham dificuldades, mas as pessoas eram pessoas.

Não dizia mais do que isso porque lhes cabia a eles encontrar os melhores caminhos para resolver os problemas, era para isso que ali estavam, esse esforço, esse trabalho é que tinham que fazer.

Agradeceu o esforço de todos, porque assim teria a possibilidade de ficar até ao final da reunião e ainda ir cumprir a responsabilidade de representar o Município na abertura do Festival de Música de Setúbal e, ficou o convite para os senhores vereadores, que pudessem, irem assistir à abertura do Festival de Música de Setúbal, que tinham um nível bastante destacado de participação, tanto das nossas instituições, como daqueles que eram os convidados e que intervinham naquele festival de música.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 04 de setembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 43 folhas numeradas.

Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:  
Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Sofia Casas Novas

